



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

QUADRO SINOPSE

Processo	nº 2385/2026-E		
Modalidade	Concorrência Eletrônica		
Tipo	Menor preço global		
Execução	180 dias	Empreitada	Preço unitário
Dotação orçamentária	38101 04.813.0014.2004 4.4.90.51.00.00 500		
Origem do recurso			
Da participação			
Sessão Pública	24/06/2026 as 09:00(Horário de Brasília)		
Modo de disputa	Aberto		
Objeto	Contratação de empresa especializada para Reforma do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade, localizado na Avenida Maracanã, bairro Pacaembu, Município de Queimados / RJ.		
Responsável	Marcio Ribeiro de Souza		
Valor total estimado da obra	R\$ 457.052,67 (quatrocentos e cinquenta e sete mil e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos).		
Visita Técnica Facultativa	Agendamento perante a Secretaria Municipal de Obras, no endereço Rua Felix, 1581 - Vila do Tinguá, Queimados, por meio do e-mail semob.queimados.projeto@gmail.com		
Publicações			
Expediente da CPLMSO			
Informações			



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Obras

CONCORRÊNCIA Nº 90007/2026

(Processo Administrativo nº 2385/2026-E)

Torna-se público que Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Queimados, por meio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, sediado(a) Rua Mario Pati Junior, 200, bairro Vila Camarin, CEP 26383-510 – Queimados/RJ, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do Decreto Municipal n. 2895, de 09 de março de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para Reforma do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade, localizado na Avenida Maracanã, bairro Pacaembu, Município de Queimados / RJ.

- 1.1. A licitação será realizada em empreitada por preço unitário, conforme tabela constante no Projeto Básico.
- 1.2. A despesa decorrente desta licitação correrá à conta do orçamento do atual exercício, cujo Programa de Trabalho e Natureza de Despesa segue: 38101 | 04.813.0014.2004 | 4.4.90.51.00.00 | 500.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.2. Somente poderão participar desta licitação empresas do ramo de execução de obras e serviços equivalentes ao objeto do presente edital, devidamente reconhecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste edital para execução de seu objeto.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

2.12. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.1.1. Recomenda-se apresentação de sumário dos documentos acostados com a habilitação e propostas de preços.

3.1.2. Os preços unitários e globais deverão ser expressos em R\$ (reais), com duas casas decimais, a fim de evitar arredondamentos que resultem em acréscimo de valor. O preço total da proposta deverá ser expresso tanto em algarismos como por extenso.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor global (total) do item;

4.1.2. Os preços unitários e globais deverão ser expressos em R\$ (reais), com duas casas decimais, a fim de evitar arredondamentos que resultem em acréscimo de valor. O preço total da proposta deverá ser expresso tanto em algarismos como por extenso.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pelo órgão, quando participarem de licitações públicas;
- 4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste edital.
- 4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23. O Agente de Contratação/Comissão solicitará à todos os participantes do certame a apresentação da garantia de proposta, nos moldes do item 22, do Projeto Básico, bem como o licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.1. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Certidão de Processos no TCE-RJ (<https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/emissao-de-certidao-de-processos>)

6.1.5. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “6.1.2” e “6.1.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU(<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado por servidor designado pela Secretaria demandante, examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não se refira à integralidade do objeto;
- 6.7.3. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;
- 6.7.4. conter divergência nos dados de identificação da licitante em comparação com os documentos apresentados;
- 6.7.5. não compreenda os valores a serem descritos em BDI, exceto na hipótese prevista no item 6.12;
- 6.7.6. não apresente valor em duas casas decimais e seu arredondamento implique em acréscimo de valor;
- 6.7.7. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.8. apresente preço simbólico, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração;
- 6.7.9. Deixar de comprovar o cumprimento prévio da apresentação de garantia de proposta, conforme item 5.23;
- 6.7.10. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.11. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.10.2. A proposta será composta no mínimo pelos seguintes documentos:

- a) Planilha orçamentária detalhada, contendo discriminação dos materiais e serviços a serem executados, com preços unitários, parciais e totais, obedecida a ordem sequencial dos itens apresentada no Projeto Básico;
- b) Planilha orçamentária discriminativa do percentual de encargos sociais, bonificação e despesas indiretas (BDI) utilizados;
- c) Cronograma físico financeiro, de acordo com as informações constantes no cronograma anexo deste edital, devendo observar o prazo total da etapa da obra, as etapas de medição e os respectivos percentuais de desembolso.

6.11. As licitantes deverão, para fins de elaboração das propostas, verificar e comparar todas as plantas e demais documentos técnicos necessários para execução da obra;

6.11.1. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe todos os projetos e planilhas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.14.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.14.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelos documentos inseridos previamente no registro cadastral do SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.2.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada por determinação do Agente de Contratação/Comissão, quando julgar necessário, no prazo de 2 (dois) dias úteis, com vistas à confirmação da autenticidade.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado perante a Secretaria Municipal de Obras, no endereço Rua Felix, 1581 - Vila do Tinguá, Queimados, por meio do e-mail **semob.queimados.projeto@gmail.com**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.8.1.1. Quando da realização da vistoria prévia será disponibilizado pelo Município ao licitante atestado de comparecimento, que deverá ser juntado pelo licitante como documento habilitatório obrigatório.

7.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.12. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#))¹:

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.2. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3. Cédula de Identidade dos sócios.

8.4. Identificação dos procuradores, caso o preposto designado não seja parte identificada no contrato social (procuração pública ou particular passada pela licitante, assinada por quem de direito, outorgado ao seu representante poderes para tomar as decisões que julgar necessárias durante o procedimento licitatório,

¹ Essa diligência é cabível no caso de o documento apresentado ser inconclusivo quanto ao atendimento de requisitos do edital. É o que ocorre, por exemplo, quando um atestado menciona genericamente que o licitante já executou objeto semelhante, mas o edital exige algum detalhe, tal como determinada medida. Não é caso de complementação a hipótese em que o atestado já traz informação precisa que inquestionavelmente indica capacidade inferior à exigida. Nesse sentido, aplica-se o PARECER n. 00006/2021/CNMLC/CGU/AGU, que, embora proferido sob a égide do Decreto nº 10.024/2019, está em consonância com a novel legislação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

sendo indispensável o recolhimento de firma no caso de procuração particular ou outro documento equivalente).

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedade Civil, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

8.14. Registro ou inscrição de pessoa jurídica, habilitando-a para execução do objeto do presente Projeto Básico, expedido pelo CREA ou CAU da circunscrição da licitante, válido na data da apresentação da proposta

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito Negativo do Imposto sobre circulação e mercadorias e serviços expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda;

8.20. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão da Dívida Ativa para fins de licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, ainda, certidão comprobatória de que a licitante pelo respectivo objeto está isenta de Inscrição Estadual;

8.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.24. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.27. Caso a documentação apresentada pela Microempresa ou pela Empresa de Pequeno Porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da declaração da vencedora do certame (no momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas que tenham efeito negativo.

8.28. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento da interessada, a critério exclusivo da Administração Pública.

8.29. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

8.30. Relação explícita das máquinas e equipamentos a serem utilizados para a execução das obras. Deverá ser apresentada, juntamente com a relação de máquinas e equipamentos, declaração, formal, sob as penas da Lei, que os mesmos estarão em disponibilidade para execução do objeto deste ato convocatório.

Qualificação Econômico-Financeira

8.31. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

8.32. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.33. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.33.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.33.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.33.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.33.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.34. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.35. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.36. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.37. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

8.38. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.39. A Licitante deverá apresentar os documentos abaixo, comprobatórios de sua qualificação técnica:

a) Registro ou inscrição de pessoa jurídica, habilitando-a para execução do objeto do presente Projeto Básico, expedido pelo CREA ou CAU da circunscrição da licitante, válido na data da apresentação da proposta;

b) Atestado (s) de desempenho anterior de atividades pertinentes e compatíveis em natureza, quantidade, qualidade, volume e prazo com o objeto da presente licitação, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados(s) na entidade profissional competente, neste caso, o CREA ou CAU;

c) Apresentar a Declaração de Responsabilidade Técnica na qual deverá constar a qualificação do (s) responsável(is) técnico(s) pela execução do serviço, assinada por todo(s) o(s) indicado(s) e pelo representante legal da Contratada. O Responsável Técnico deverá ser profissional de nível superior que responda pela execução dos serviços de acordo com disposto na Resolução nº. 218 do CONFEA, de 29 de junho de 1973. A equipe deverá, ainda, ser constituída por profissionais com experiência comprovada e abranger as áreas de atuação a que se refere o serviço.

d) Certidão de Registro da Licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU).



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

8.40. O visto no Atestado de Capacidade Técnica pela seção do CREA/RJ ou CAU/RJ, para a licitante sediada fora do Estado, só será exigido à época da assinatura do contrato.

8.41. As parcelas de maior relevância para comprovação da capacitação profissional são os serviços/obras:

- Pintura com tinta látex premium ou standart – 1369,14m²
- Cobertura em telha térmica de Galvalume – 66m²
- Pintura sobre ferro galvanizado – 368,88m²

8.42. Declaração de que recebeu toda documentação técnica deste edital e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

8.43. Indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

8.44. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das licitantes.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Comissão Permanente de Licitação, no endereço indicado no preâmbulo, dentro do horário de expediente.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. As sanções previstas neste edital são complementares às sanções previstas no Projeto Básico e no Contrato Administrativo.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: cplmso.semاد@queimados.rj.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

12. DA ASSINATURA DO CONTRATO

12.1. A licitante classificada em primeiro lugar firmará contrato com o Município de Queimados no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, a contar da convocação. O contrato incluirá as condições gerais estabelecidas no edital e outras especiais necessárias à fiel execução do objeto da presente Concorrência, nos termos da minuta contratual a qual integra o presente Edital para todos os efeitos legais e/ou convencionais.

12.2. Após a assinatura do contrato e atendidas as exigências legais, a Secretaria Demandante emitirá a Ordem de Serviço.

12.3. A licitante vencedora deverá providenciar a ART de execução e responsabilidade técnica, nos moldes da Lei nº 6.496/77, a matrícula da obra no INSS, bem como promover sua inscrição junto à Prefeitura Municipal de Queimados e apresentar lista de empregados alocados à obra, as devidas apólices de seguro de responsabilidade civil, e o registro da obra no CREA/RJ ou CAU/RJ, condições essas que, juntamente com a prestação das garantias contratual e/ou adicional, constituem condições obrigatórias ao pagamento da 1ª medição dos serviços realizados.

12.4. Verificada que a ART apresentada para fins de elaboração de termo contratual não está em conformidade com a proposta e responsável técnico indicado pela licitante vencedora, a parte contratada será notificada pela secretaria demandante a regularizar a inconformidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação, e posterior convocação da empresa subsequente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

12.5. A execução da obra se dará sob a responsabilidade do Responsável Técnico indicado pela licitante vencedora, apresentado à Prefeitura Municipal de Queimados quando da assinatura do contrato:

- a) o profissional Responsável Técnico terá responsabilidades que englobam a gestão dos trabalhos, a interlocução entre a licitante vencedora, a fiscalização e a Assessoria Técnica da Contratante ou quem por esta indicar, durante a execução do contrato e a integração de todos os serviços;
- b) a Contratada deverá manter um profissional engenheiro civil ou arquiteto no local da obra, com a finalidade de supervisionar, em nome da Contratada, a execução dos serviços objeto desta Licitação;
- c) os profissionais envolvidos na execução da obra devem estar habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, pelo tempo necessário para a consecução completa do objeto contratado.

12.6. A substituição do profissional responsável será admitida desde que por profissionais de experiência equivalente ou superior a apresentada na Habilitação, sujeita à ciência da Contratante, nos termos do artigo 67, da Lei nº 14.133/21.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no INCC do mês do orçamento de referência do orçamento estimado. Mês/Ano de referência do orçamento: Fevereiro/2026.

13.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice publicado pela FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Com fundamento no art. 122 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a subcontratação de partes do objeto contratual será admitida nas condições previstas nos §§ 1º a 3º do referido artigo, observadas as disposições a seguir.

14.2. Será permitida a subcontratação parcial de parcelas do objeto, limitada a, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do objeto licitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

14.3. A subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa da Administração Pública, que avaliará e aprovará a documentação do potencial subcontratado.

14.4. O subcontratado deverá comprovar capacidade técnica para a execução da parcela subcontratada, mediante apresentação de documentação e atestados que serão avaliados pela fiscalização e anexados ao processo administrativo.

14.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que possua vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do art. 122, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

14.6. A contratada principal permanecerá integral e exclusivamente responsável pela execução de todo o objeto contratual, inclusive perante a Administração Pública, quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da subcontratação.

14.7. Não será admitida a subcontratação da parcela principal, de maior relevância técnica ou de valor significativo do objeto da licitação, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e devidamente justificadas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15. DA GARANTIA DE CONTRATO

15.1. O CONTRATADO deverá prestar garantia de contrato correspondente a 3% do valor contratado, conforme §1º, Art. 96 da lei 14.133/21 podendo realizar mediante modalidade de fiança bancária ou seguro garantia.

15.2. O SEGURO GARANTIA deverá ser prestado da seguinte forma:

15.2.1. Fiança bancária (carta seguro fiança), esta deverá (i) ser emitida por instituição financeira devidamente registrada junto ao Banco Central do Brasil; e, (ii) ter expressa renúncia da fiadora dos direitos previstos nos artigos 827, 835, 837, 838 e 839 da Lei 10.406/02 (Código Civil Brasileiro);

15.2.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

15.2.3. O comprovante de prestação da GARANTIA DE CONTRATO na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada necessariamente em via original.

15.2.4. Os documentos indicados neste item do EDITAL não poderão conter qualquer informação relativa à PROPOSTA ECONÔMICA, sob pena de inabilitação.

15.2.5. Em caso de CONSÓRCIO, a GARANTIA DE CONTRATO poderá ser prestada por uma única empresa ou dividida pelas diferentes consorciadas, desde que a soma atinja o valor estabelecido e que conste a denominação do consórcio e a indicação das empresas consorciadas.

15.2.6. Caso a LICITANTE incorra em uma das hipóteses abaixo previstas, sofrerá a penalidade de multa correspondente ao valor integral da GARANTIA DE CONTRATO, a qual será executada, respeitados o contraditório e a ampla defesa:

(i) se a LICITANTE retirar sua PROPOSTA ECONÔMICA durante seu período de validade;

(ii) se a LICITANTE, sendo ADJUDICATÁRIA, se recusar a assinar o CONTRATO;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

(iii) se a LICITANTE incorrer em multa, penalidades ou causar prejuízos para a PODER CONCEDENTE durante a LICITAÇÃO; ou,

(iv) se a LICITANTE não atender às exigências para assinatura do contrato.

15.2.7. A GARANTIA DE CONTRATO será liberada até 30 (trinta) dias após o aceite definitivo de obras.

15.2.8. A garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

16. GARANTIA DA PROPOSTA

16.1. Nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, será exigida garantia da proposta como condição para participação no certame, com a finalidade de assegurar a seriedade das propostas apresentadas, a estabilidade das condições ofertadas e a mitigação dos riscos inerentes à contratação pública. A exigência da garantia da proposta justifica-se em razão da complexidade técnica do objeto, do vulto estimado da contratação, da necessidade de assegurar a confiabilidade das propostas apresentadas e da proteção do interesse público, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade, da segurança jurídica e da gestão de riscos previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. A garantia da proposta corresponderá ao percentual de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, observado o limite máximo previsto no art. 58, §1º da Lei nº 14.133/2021.

16.2.1. A garantia deverá ser prestada por qualquer das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a saber:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária;

IV – título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

16.2.2. A garantia da proposta será devolvida aos licitantes na forma e nos prazos definidos no edital, observado o disposto no art. 58, §2º, da Lei nº 14.133/2021, ressalvada a hipótese de execução da garantia nos casos legalmente previstos, especialmente nas seguintes situações:

a) retirada da proposta durante o prazo de sua validade;

b) recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato;

c) não apresentação da garantia contratual, quando exigida;

d) demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

16.2.3. A exigência da garantia da proposta não configura restrição indevida à competitividade, porquanto se revela medida proporcional, razoável e adequada ao objeto licitado, ao valor estimado da contratação e aos riscos envolvidos, preservando o equilíbrio entre a ampla competitividade e a segurança da contratação, conforme entendimento consolidado dos órgãos de controle.

17. GARANTIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

17.1 Após o aceite definitivo, dar-se-á início ao período de aplicação das garantias da obra, caso sejam identificadas patologias, vícios construtivos e demais ocorrências que se julgarem necessárias à execução de garantias.

17.2 As garantias exigidas serão com base nas definições e prazos da NBR 17170-2022 - Edificações - Garantias - Prazos Recomendados e Diretrizes.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

18.2.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.2.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.2.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.2.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.2.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.2.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.2.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.2.8. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://www.queimados.rj.gov.br/>

.

18.2.9. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.2.9.1. ANEXO I – Projeto Básico

18.2.9.1.1. Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

18.2.9.1.2. Apêndice II do Anexo I – Memória de Cálculo

18.2.9.1.3. Apêndice III do Anexo I – Planta

18.2.9.2. ANEXO II - Memorial Descritivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

- 18.2.9.3. ANEXO III - Planilha Orçamentária
- 18.2.9.4. ANEXO IV - Cronograma Físico Financeiro
- 18.2.9.5. ANEXO V - Composição do BDI
- 18.2.9.6. ANEXO VI - Modelo de Proposta de Preços
- 18.2.9.7. ANEXO VII - Modelo de Cronograma Físico Financeiro
- 18.2.9.8. ANEXO VIII - Modelo da Composição do BDI
- 18.2.9.9. ANEXO IX - Modelo de declaração de ausência de parentesco
- 18.2.9.10. ANEXO X – Modelo de desistência de visita técnica
- 18.2.9.11. ANEXO XI - Minuta de contrato

Queimados, _____ de _____ de 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DA TERCEIRA IDADE



PROJETO BÁSICO

OBRAS DE ENGENHARIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para **Reforma do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade, localizado na Avenida Maracanã, bairro Pacaembu, Município de Queimados / RJ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

O objeto da licitação tem a natureza de obra, do tipo comum de engenharia, conforme justificativas contidas no ETP, se enquadrando na classificação nos termos do parágrafo XII, do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021.

2. JUSTIFICATIVA, OBJETIVO E SOLUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação visa à **reforma do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade**, abrangendo serviços de recuperação, readequação e modernização do Centro de Esporte e Lazer destinado a terceira idade, visando proporcionar melhores condições de uso, segurança, acessibilidade e conforto aos seus usuários. Atualmente, a edificação apresenta desgaste natural decorrente do tempo de uso, além de inadequações as normas técnicas vigentes, especialmente ao que se refere a segurança das instalações, o que compromete a plena utilização do espaço e limita a oferta de atividades físicas, recreativas e sociais voltadas ao público idoso. A reforma proposta busca atender as diretrizes de inclusão social, promoção da saúde e bem estar da população idosa, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e incentivando a convivência comunitária.

O presente processo tem como objetivo a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de reforma e adequação do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade, contemplando intervenções civis e elétricas.

Dentre os objetivos específicos, destacam -se:

- Melhorar as condições de segurança e conforto dos usuários;
- Proporcionar espaços adequados para a prática de atividades físicas, recreativas e de convivência;
- Adequar os ambientes as normas de acessibilidade vigentes;
- Recuperar e requalificar as estruturas existentes;
- Garantir maior durabilidade e funcionalidade da edificação.



3. ESTIMATIVA DOS VALORES E REGIME DE EXECUÇÃO

Os quantitativos e tipos dos serviços a serem prestados tiveram como base o Catálogo de referência EMOP (Fevereiro de 2026) e SINAPI (Fevereiro de 2026).

Os preços apresentados pela CONTRATADA deverão cobrir todos os custos dos serviços, abrangendo o fornecimento de mão de obra especializada, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes, veículo, celular, fretes, remoção de móveis, máquinas ou equipamentos para execução dos serviços e seu reposicionamento no local, limpeza do ambiente, enfim, tudo o que for preciso para garantir a qualidade e funcionalidade dos serviços solicitados.

O custo total a ser disponibilizado para os serviços é de **R\$ 457.052,67 (quatrocentos e cinquenta e sete mil e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos)**.

A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por preço unitário.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para atender as despesas decorrentes da presente contratação advirão da seguinte dotação orçamentária, segundo determinado pelo controle e planejamento da Secretaria Municipal de Fazenda:

FICHA	38101
PROGRAMA DE TRABALHO	04.813.0014.2004
ELEMENTO DE DESPESA	4.4.90.51.00.00
FONTE DO RECURSO	500

5. MODALIDADE LICITATÓRIA E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Esta contratação seguirá na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, por se enquadrar no Inciso XXXVIII do Art. 6º da Lei 14.133/2021, cujo critério de julgamento seguirá na alínea “a) menor preço”, modo de disputa “aberto”.

Prazo mínimo de 60 dias de validade para as propostas comerciais, compatível com a duração do certame (Lei nº 14.133/2021, art. 90, § 3º).

Conforme Art.28, II c/c art.46, inciso I da lei 14133/2021 e do Decreto Municipal 2895/2023, art.3º, inciso VI.



6. PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de execução é de 180 dias, a contar da data de Ordem de Início.

O recebimento definitivo terá prazo de 90 dias, a contar da data do recebimento provisório.

O prazo de vigência da contratação é de até 270 dias contados da Ordem de Início, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme vistoria, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- A Contratada deverá ser pessoa jurídica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, estando sujeito o contrato à "Anotação de Responsabilidade Técnica – ART", conforme Decisão Normativa CONFEA Nº 42, de 08 de julho de 1992, e Lei Nº 6.496, de 1977. A ART a que o contrato está sujeito deve ser registrada no CREA em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade, conforme RESOLUÇÃO Nº 1.025, de 30 de outubro de 2009.
- O Responsável Técnico pela realização dos serviços envolvidos no processo deverá ser um Engenheiro Civil ou profissional equivalente que possa exercer as funções contidas na Resolução CONFEA nº 218, de 29 junho de 1973.
- As empresas com seus empregados devem cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme DECRETO-LEI Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- Os serviços deverão ser prestados, preferencialmente, durante a jornada de trabalho regular do Órgão Municipal para favorecer o acompanhamento da fiscalização local.
- Será obrigatória a exigência e aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança usualmente chamados “normas técnicas” e elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, conforme Lei Nº 4.150, de 21 de novembro de 1962.
- A obra em questão deverá seguir o cronograma pré-definido. Na possibilidade de eventual caso de força maior, fatos imprevisíveis e afins, que possam impactar no prazo de execução da obra, a empresa deverá justificar formalmente o Município, do contrário poderá sofrer punições, uma vez que o principal objetivo da entidade é o exercício pleno das funções para atingir o melhor resultado em benefício da população.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE



Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

9. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em horário de expediente, devendo o agendamento ser efetuado previamente.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas em memorial descritivo com especificações determinadas, promovendo sua substituição quando necessário.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos



à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

11.8.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

11.8.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

11.8.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

11.8.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

11.8.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

11.9. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



12.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato a partir de relatório disponibilizado por fiscal técnico, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos da lei.

12.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.6.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

12.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.8. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus



prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.16. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

12.17. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

12.18. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

12.19. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/77 e 12.378/2010);

12.20. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

12.21. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de



funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

12.22. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

12.23. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

12.23.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

12.23.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos procedimentos determinados pela resolução, por classe de resíduos.

12.23.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

12.24. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

12.24.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

12.24.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152



12.25. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

12.26. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

12.27. No caso de execução de obras:

12.27.1. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratante, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

12.27.1.1. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.

12.28. A CONTRATADA deverá possuir no seu quadro de colaboradores, profissional de Engenharia Civil, devidamente habilitado pelo sistema CREA/CONFEA, Responsável Técnico pela empresa, com acervo técnico inerente à execução de serviços e/ou obra similar ao Objeto do presente Projeto Básico.

13. FISCALIZAÇÃO

A obra será fiscalizada por intermédio de Engenheiro(s) designado(s) pela PREFEITURA DA CIDADE DE QUEIMADOS e respectivos auxiliares, elementos esses doravante indicados pelo nome FISCALIZAÇÃO.

Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimentos das cláusulas e condições destas Especificações e do Contrato, bem como de tudo que estiver contido nas Normas, Especificações e Métodos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Deverá a CONTRATADA acatar de modo imediato às ordens da FISCALIZAÇÃO, dentro destas Especificações e do Contrato.

Ficam reservadas à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todos e quaisquer casos singulares, duvidosos, omissos, não previstos no Contrato, nestas Especificações, e em tudo o



mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com a obra em questão e seus complementos.

A CONTRATADA deverá permanentemente ter e colocar, à disposição da FISCALIZAÇÃO, os meios necessários e aptos a permitir o acompanhamento dos serviços executados, bem como a inspeção dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções realizadas para efeito de faturamento.

A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela CONTRATADA providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra.

A condução geral da obra pela CONTRATADA ficará a cargo de um Engenheiro Residente, pertencente ao quadro de colaboradores da empresa, devendo o mesmo ser auxiliado por Mestres de Obra, ou encarregados, devidamente habilitados para os serviços do objeto deste Projeto Básico.

Todas as ordens dadas pela FISCALIZAÇÃO ao Engenheiro Residente serão consideradas como se fossem dirigidas diretamente à CONTRATADA; por outro lado, todo e qualquer ato efetuado, ou disposição tomada pelo referido Engenheiro, ou ainda omissões de responsabilidade do mesmo, serão considerados para todo e qualquer efeito como tendo sido da CONTRATADA.

O Engenheiro, Mestres de Obras e os Encarregados, cada um no seu âmbito respectivo, deverão estar sempre em condições de atender à FISCALIZAÇÃO e prestar-lhe todos os esclarecimentos e informações sobre o andamento dos serviços, a sua programação, as peculiaridades das diversas tarefas e tudo o mais que a FISCALIZAÇÃO reputar necessário ou útil e que se refira, diretamente, à obra e suas implicações.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15. SUBCONTRATAÇÃO:

Com fundamento no Artigo 122 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a subcontratação de partes do objeto contratual será regida nas condições impostas pelos parágrafos §1 a §3, com as seguintes determinações:

a) Limite de subcontratação:

Será permitida a subcontratação parcial de parcelas do objeto, ficando limitada a, no máximo 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do objeto licitado.

b) Requisitos para a Subcontratação:

Autorização Prévia: A subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa da Administração Pública, que avaliará e aprovará a documentação do potencial subcontratado.

Capacidade Técnica: O subcontratado deverá demonstrar capacidade técnica para a execução da parcela subcontratada, mediante apresentação de documentação e atestados que serão avaliados pela fiscalização e anexados ao processo administrativo.

Vínculo com a Administração: É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que possua vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que atue na fase de planejamento, fiscalização ou execução do contrato.

Responsabilidade Exclusiva: A contratada principal permanecerá integral e exclusivamente responsável pela execução de todo o objeto contratual, inclusive perante a Administração Pública, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da subcontratação.

c) Vedações:

Não será admitida a subcontratação da(s) parcela(s) considerada principal ou de maior relevância técnica e valor significativo do objeto da licitação, ressalvadas hipóteses descritas no Art. 67, da Lei 14.133/2021.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

A avaliação da execução do objeto utilizará o boletim de medição para os devidos pagamentos, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:



a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) não produziu os resultados acordados;

b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. REAJUSTE CONTRATUAL

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no INCC do mês do orçamento referência do orçamento estimado. Mês/Ano de referência do orçamento: Fevereiro/2026.

17.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice publicado pela FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

17.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

17.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



18. FORMAS DE PAGAMENTO

O Pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias úteis após a emissão da nota fiscal, cuja emissão será autorizada pela fiscalização, seguindo as orientações do edital.

O Pagamento fica condicionado à comprovação de que a CONTRATADA se encontra adimplente com a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal.

O Pagamento será realizado, após a representação pela CONTRATADA dos seguintes documentos:

a) Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pela fiscalização desta Secretaria, pertencentes à Comissão de Recebimento de Material.

b) Indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor correspondente aos produtos entregues em caráter definitivo.

Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

19. PENALIDADE

19.1. Com fulcro no Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, cujas classificações e demais considerações se darão na forma do estabelecido na Lei:

19.1.1. advertência;

19.1.2. multa;

19.1.3. impedimento de licitar e contratar; e

19.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

19.2.2. as peculiaridades do caso concreto;

19.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

19.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do



contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

20. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, através de Termo de Aceite Provisório, após a aferição dos seguintes critérios:

- Evolução Físico-Financeira;
- Conclusão do Objeto;
- Funcionalidade;

A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

20.1.1. No prazo de até *90 (noventa dias) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato, comissão ou servidor designado, **que não o fiscal** técnico, deverá providenciar o **T e r m o d e R e c e b i m e n t o D e f i n i t i v o**, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 119 da Lei 14.133/21;

20.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

20.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

21. GARANTIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Após o aceite definitivo, dar-se-á início ao período de aplicação das garantias da obra, caso sejam identificadas patologias, vícios construtivos e demais ocorrências que se julgarem necessárias à execução de garantias.



As garantias exigidas serão com base nas definições e prazos da NBR 17170-2022 - Edificações - Garantias - Prazos Recomendados e Diretrizes.

22. GARANTIA DA PROPOSTA

Nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, será exigida garantia da proposta como condição para participação no certame, com a finalidade de assegurar a seriedade das propostas apresentadas, a estabilidade das condições ofertadas e a mitigação dos riscos inerentes à contratação pública.

A exigência da garantia da proposta justifica-se em razão da complexidade técnica do objeto, do vulto estimado da contratação, da necessidade de assegurar a confiabilidade das propostas apresentadas e da proteção do interesse público, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade, da segurança jurídica e da gestão de riscos previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

1.1. A garantia da proposta corresponderá ao percentual de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, observado o limite máximo previsto no art. 58, §1º da Lei nº 14.133/2021.

1.2. A garantia deverá ser prestada por qualquer das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a saber:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária;

IV – título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

1.3. A garantia da proposta será devolvida aos licitantes na forma e nos prazos definidos no edital, observado o disposto no art. 58, §2º, da Lei nº 14.133/2021, ressalvada a hipótese de execução da garantia nos casos legalmente previstos, especialmente nas seguintes situações:

a) retirada da proposta durante o prazo de sua validade;

b) recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato;

c) não apresentação da garantia contratual, quando exigida;

d) demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

1.4. A exigência da garantia da proposta não configura restrição indevida à competitividade, porquanto se revela medida proporcional, razoável e adequada ao objeto licitado, ao valor estimado da contratação e aos riscos envolvidos, preservando o equilíbrio entre a ampla competitividade e a segurança da contratação, conforme entendimento



consolidado dos órgãos de controle.

23. GARANTIA DE CONTRATO

O CONTRATADO deverão prestar garantia de contrato correspondente a 3% do valor contratado, conforme §1º, Art. 96 da lei 14.133/21 podendo realizar mediante modalidade de fiança bancária ou seguro garantia.

23.1. O SEGURO GARANTIA deverá ser prestado da seguinte forma:

Fiança bancária (carta seguro fiança), esta deverá (i) ser emitida por instituição financeira devidamente registrada junto ao Banco Central do Brasil; e, (ii) ter expressa renúncia da fiadora dos direitos previstos nos artigos 827, 835, 837, 838 e 839 da Lei 10.406/02 (Código Civil Brasileiro);

23.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

23.3. O comprovante de prestação da GARANTIA DE CONTRATO na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada necessariamente em via original.

23.4. Os documentos indicados neste item do EDITAL não poderão conter qualquer informação relativa à PROPOSTA ECONÔMICA, sob pena de inabilitação.

23.5. Em caso de CONSÓRCIO, a GARANTIA DE CONTRATO poderá ser prestada por uma única empresa ou dividida pelas diferentes consorciadas, desde que a soma atinja o valor estabelecido e que conste a denominação do consórcio e a indicação das empresas consorciadas.

23.6. Caso a LICITANTE incorra em uma das hipóteses abaixo previstas, sofrerá a penalidade de multa correspondente ao valor integral da GARANTIA DE CONTRATO, a qual será executada, respeitados o contraditório e a ampla defesa:

- (i) se a LICITANTE retirar sua PROPOSTA ECONÔMICA durante seu período de validade;
- (ii) se a LICITANTE, sendo ADJUDICATÁRIA, se recusar a assinar o CONTRATO;
- (iii) se a LICITANTE incorrer em multa, penalidades ou causar prejuízos para a PODER CONCEDENTE durante a LICITAÇÃO; ou,
- (iv) se a LICITANTE não atender às exigências para assinatura do contrato.

23.7. A GARANTIA DE CONTRATO será liberada até 30 (trinta) dias após o aceite definitivo de obras.

23.8. A garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.



24. HABILITAÇÃO

24.1. HABILITAÇÃO TÉCNICA

A habilitação técnica se dará através de apresentação de Atestado de Comprovação de Capacitação Técnica, devidamente averbados no CREA/RJ ou CAU correspondente ao seu Responsável Técnico, fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) ou Profissional, de direito público ou privado, demonstrando já haver executado atividades compatíveis em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação com características semelhantes ao do local de intervenção.

Para fins do art. 67, §1º, inciso I, da Lei 14133, são consideradas parcelas de maior relevância técnica as constantes dos itens relacionados abaixo.

- Pintura com tinta látex premium ou standart – 1369,14m²
- Cobertura em telha térmica de Galvalume – 66m²
- Pintura sobre ferro galvanizado – 368,88m²

Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das licitantes.

25. ANEXOS

- Anexo I – Planilha Orçamentária;
- Anexo II – Cronograma físico-financeiro;
- Anexo III – Planilha Estimativa de Composição de BDI;
- Anexo IV – Memoria de Cálculo
- Anexo V – Memorial Descritivo

Queimados, 05 de maio de 2026.

Técnico Responsável: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I - INTRODUÇÃO

Com o contínuo desenvolvimento do Município de Queimados, é compreensível que novas demandas de lazer, educação, saúde e infraestrutura urbana sejam frequentes na gestão. A Secretaria Municipal de Obras recebe novas solicitações constantemente para reformas ou construções, de modo a atender necessidades coletivas de uma parcela de munícipes de determinadas regiões.

Dentre as demandas identificadas, destaca – se a reforma do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade, localizado na Rua Maracanã, no bairro Pacaembu, Município de Queimados/RJ.

O presente documento tem por objetivo analisar a necessidade e a viabilidade da reforma do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade, no Município de Queimados, considerando as condições atuais da edificação, as demandas operacionais do setor e o interesse público envolvido.

A Secretária Municipal de Obras desempenha papel essencial na execução, manutenção e fiscalização de serviços de infraestrutura urbana, sendo responsável por atividades que impactam diretamente a qualidade de vida da população.

Entretanto, o imóvel atualmente utilizado apresenta desgaste estrutural e funcional, decorrente do tempo de uso.

Diante desse cenário, torna-se necessária a realização de intervenções de reforma e adequação, visando garantir um ambiente de trabalho seguro, eficiente e compatível com as atividades desenvolvidas, bem como proporcionar melhor atendimento ao público e preservação do patrimônio público.

Assim, este ETP busca subsidiar a Administração Municipal na tomada de decisões quanto à contratação de serviços de engenharia para a reforma do imóvel, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

II - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A reforma do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade, mostra-se imprescindível diante do atual estado de conservação da edificação, que apresenta significativo desgaste decorrente do tempo de uso contínuo, da ação de agentes naturais e da ausência de intervenções estruturais e funcionais de maior porte ao longo dos anos.

As instalações elétricas encontram-se defasadas, não atendendo plenamente às normas técnicas vigentes, o que compromete a segurança dos servidores e do público atendido (idosos), além de aumentar o risco de falhas operacionais, curtos-circuitos, vazamentos e desperdício de recursos públicos. A adequação desses sistemas é essencial para garantir o funcionamento seguro, eficiente e contínuo das atividades administrativas desenvolvidas pelo Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade.

Observa-se, ainda, o acentuado desgaste de revestimentos, pisos, pinturas e acabamentos, que apresentam sinais evidentes de deterioração, tais como o telhado, o revestimento interno da piscina, descascamentos em toda pintura do centro esportivo e danos superficiais. Tais condições impactam negativamente tanto a durabilidade da edificação quanto a imagem institucional do órgão, refletindo diretamente na percepção da qualidade do serviço público prestado à população.

A reforma também se faz necessária para a preservação e valorização do patrimônio público, assegurando a conservação do imóvel e prolongando sua vida útil, evitando a depreciação acelerada do bem. Além disso, a melhoria das condições físicas do prédio contribuirá de forma significativa para a qualidade do ambiente de trabalho dos servidores, promovendo maior conforto, salubridade e produtividade, bem como para a melhoria do atendimento ao público, oferecendo um espaço mais adequado, acessível e organizado.

Ressalta-se que a ausência da reforma poderá acarretar custos adicionais ao erário, uma vez que a continuidade das atuais condições tende a intensificar o surgimento de falhas e danos estruturais, exigindo manutenções corretivas emergenciais, geralmente mais onerosas e menos eficientes do que intervenções planejadas e preventivas. Além disso, tais manutenções paliativas não solucionam de forma definitiva os problemas existentes, apenas postergando sua resolução e ampliando os riscos à segurança e ao funcionamento do órgão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Diante do exposto, a contratação para a realização da reforma do centro de esporte e lazer da terceira idade revela-se necessária, oportuna e de interesse público, garantindo a adequação das instalações, a preservação do patrimônio municipal, a melhoria das condições de trabalho e de atendimento à população (idosos), bem como a racionalização dos gastos públicos a médio e longo prazo.

III - ÁREA REQUISITANTE

Secretaria Demandante: Secretaria Municipal da Terceira Idade

Responsável: Cristiano Pinto de Macedo

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços necessários para a reforma do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade, serão executados conforme o projeto executivo e o orçamento previamente disponibilizado, garantindo conformidade técnica e alinhamento com as diretrizes.

A contratação, objeto deste estudo preliminar, apresenta os seguintes requisitos:

- Execução conforme normas técnicas da ABNT;
- Observância das normas de segurança do trabalho;
- Utilização de materiais de qualidade e durabilidade;
- Cumprimento dos prazos estabelecidos;
- Responsabilidade técnica por profissional habilitado.

V - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Com o objetivo de identificar a solução mais viável, eficiente e economicamente vantajosa para a execução da reforma do centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade, foram analisadas as seguintes alternativas:

5.1. Contratação de Empresa Especializada para Execução Integral da Reforma

A contratação de empresa especializada para a execução integral da reforma, de forma pontual e planejada, apresenta-se como a alternativa mais viável e eficiente. Nesta modalidade, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

contratada assume a responsabilidade total pela execução dos serviços, incluindo o fornecimento de mão de obra qualificada, materiais, equipamentos, ferramentas, logística, gestão da obra e cumprimento das normas técnicas e de segurança.

Entre as principais vantagens dessa alternativa, destacam-se:

- Maior controle de prazos e qualidade da execução;
- Responsabilização técnica da empresa contratada pelos serviços executados;
- Redução de riscos relacionados a falhas técnicas, retrabalhos e acidentes;
- Previsibilidade de custos, uma vez que o contrato engloba todos os insumos necessários;
- Menor impacto nas atividades rotineiras do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade, evitando paralisações de serviços essenciais.

Essa solução permite que a reforma seja executada de forma contínua, organizada e dentro de um cronograma definido, garantindo maior eficiência e melhor custo-benefício para a Administração Pública.

5.2. Utilização de Ata de Registro de Preços para Contratação de Mão de Obra

Outra alternativa avaliada foi a utilização de Ata de Registro de Preços vigente para contratação de mão de obra. Contudo, após levantamento realizado, não foi identificada ata disponível que atendesse de forma integral e específica às necessidades da reforma do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade.

As limitações observadas incluem:

- Incompatibilidade dos serviços previstos na ata com as demandas técnicas da reforma;
- Ausência de escopo que contemple a execução completa dos serviços necessários;
- Falta de previsão de fornecimento de materiais, o que exigiria contratações complementares;
- Risco de fragmentação da execução, com prejuízo à qualidade e ao controle da obra.

Diante disso, a utilização de ata de registro de preços não se mostrou adequada para atender às necessidades específicas e complexas da reforma pretendida.

5.4. Conclusão

Após a análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a contratação de empresa especializada para execução integral da reforma é a solução mais viável, eficiente e



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

economicamente vantajosa para a Administração Pública, por assegurar melhor controle técnico, redução de riscos, cumprimento de prazos, otimização de recursos e menor impacto nas atividades rotineiras do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade.

VI - JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA:

A reforma do prédio permitirá:

- Melhoria das condições de trabalho dos servidores;
- Atendimento adequado a população – aos idosos;
- Conformidade com normas legais e técnicas;
- Redução de custos com manutenções emergenciais;
- Preservação do patrimônio público.

VII - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E SERVIÇOS:

Trata-se de uma edificação, respectivamente de 677,90m², distribuída em ambientes essenciais para o funcionamento do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade, como: recepção, sala de yoga, sala de ginástica, sala de musculação, sala de avaliação, sala de reunião, vestiários, banheiros, direção, administração, almoxarifado, área de serviço, depósito, cozinha, convivência e salão de jogos e auditório.

Os quantitativos detalhados constam no Projeto Básico, em conformidade com os parâmetros da Tabela SINAPI, EMOP e SCO, considerando os elementos arquitetônicos e de engenharia indispensáveis para a execução da obra.

VIII - ESTIMATIVA DO VALOR PARA CONTRATAÇÃO

O custo será verificado após a realização dos projetos, e elaboração de orçamento sintético próprio para a etapa do Projeto Básico. Para esta etapa, traremos como base para o estudo o CUB/m² que é amplamente utilizado para cálculo paramétrico de obras.

Para este caso concreto, utilizou-se (NBR 12.721:2006 - CUB 2006) - dezembro/2025:



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Como referência, destaca-se a Reforma de um CRAS, com data base de novembro de 2022:

- Valor contratado: R\$428.913,96
- CAL-8 – R\$ 2.859,42 / m².
- área de atuação total: 150m²

Entretanto, conforme cartilha do CUB, alguns custos não estão contabilizados nesse parâmetro. O Boletim diz: *"Na formação destes custos unitários básicos não foram considerados os seguintes itens, que devem ser levados em conta na determinação dos preços por metro quadrado de reforma, de acordo com o estabelecido no projeto e especificações correspondentes a cada caso particular: fundações, submuramentos, paredes-diafragma, tirantes, rebaixamento de lençol freático; elevador(es); equipamentos e instalações, tais como: fogões, aquecedores, bombas de recalque, incineração, ar-condicionado, calefação, ventilação e exaustão, outros; playground (quando não classificado como área construída); obras e serviços complementares; urbanização, recreação (piscinas, campos de esporte), ajardinamento, instalação e regulamentação do condomínio; e outros serviços (que devem ser discriminados no Anexo A - quadro III); impostos, taxas e emolumentos cartoriais, projetos: projetos arquitetônicos, projeto estrutural, projeto de instalação, projetos especiais; remuneração do construtor; remuneração do incorporador."*

Logo, é importante que, ao considerar a execução do objeto deste estudo, considere que no orçamento final estes custos serão considerados, elevando o valor estimado nesta etapa.

De acordo com as demandas estudadas até aqui, bem como sugestão de soluções, essa obra é classificada como “comum”, devendo ser confirmado após elaboração do Projeto Básico e incluídos embasamentos legais para o prosseguimento escolhido.

IX - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação para a execução da obra deverá ser licitada como objeto não divisível, sem parcelamento do objeto com a execução da obra por uma única empresa, considerando a completude do objeto e sua baixa complexidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

A indivisibilidade do objeto ainda se justifica pelo fato que os elementos técnicos e econômicos do caso concreto condizem com o seu não parcelamento, cuja fragmentação do objeto poderá comprometer a realização da obra, onde a centralização da responsabilidade em um única contratada é considerada eficiente e com resultado satisfatório a vista do acompanhamento de problemas e soluções, bem como por facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

X – CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES E DEMAIS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Após análise da demanda e das características da intervenção proposta, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à execução da reforma do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade, uma vez que a solução adotada prevê a contratação de empresa especializada para execução integral dos serviços de engenharia necessários.

A contratação será realizada de forma centralizada, abrangendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e demais insumos necessários à execução da obra, o que reduz a necessidade de contratações complementares e contribui para maior eficiência na gestão e fiscalização do contrato.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida poderá ser executada de maneira autônoma, não havendo dependência direta de outras contratações para o alcance dos resultados pretendidos.

XI - IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

A necessidade de Licença Ambiental conforme dispõem as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/1986 e nº 237/1997 e da Lei nº 6.938/1981, deverá ser providenciada pela contratada junto à Secretaria Municipal de Ambiente e Defesa dos Animais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

XII – CONCLUSÃO SOBRE ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Com base nas análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação de empresa especializada para a execução da reforma do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade mostra-se tecnicamente adequada, administrativamente necessária e alinhada ao interesse público.

O levantamento de mercado realizado demonstrou que a contratação de empresa especializada para execução integral da obra apresenta-se como a solução mais viável e eficiente, uma vez que possibilita maior controle técnico, melhor gestão dos prazos de execução, garantia da qualidade dos serviços prestados e responsabilização técnica da contratada pelos serviços executados.

Adicionalmente, constatou-se que a Administração Pública não dispõe de meios próprios suficientes, como equipe técnica e estrutura operacional, para executar diretamente os serviços de reforma, o que reforça a necessidade de contratação externa para atendimento da demanda identificada.

Diante disso, conclui-se que a solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, mostrando-se adequada para suprir as necessidades identificadas e assegurar a melhoria das condições de funcionamento do equipamento público.

XIII - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os Estudos Técnicos Preliminares demonstram que a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA REFORMA DO CENTRO DE ESPORTE E LAZER DA TERCEIRA IDADE, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS, mostra-se tecnicamente adequada e administrativamente necessária para o atendimento da demanda identificada. Dessa forma, conclui-se pela viabilidade da contratação da solução proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

XIV – RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a realização da reforma do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade, localizado no município de Queimados, pretende-se promover a melhoria das condições estruturais, funcionais e operacionais da edificação, garantindo maior segurança, conforto e acessibilidade aos usuários, especialmente ao público idoso atendido pelo equipamento público.

A intervenção visa adequar as instalações elétricas, recuperar elementos construtivos deteriorados, realizar a manutenção e substituição de revestimentos, pisos, pintura e demais componentes da edificação, bem como promover a revitalização das áreas destinadas às atividades esportivas, recreativas e de convivência. Com isso, busca-se proporcionar um ambiente mais seguro, adequado e funcional para o desenvolvimento das atividades promovidas pelo centro.

Espera-se, ainda, assegurar melhores condições de trabalho para os servidores que atuam no local, contribuindo para maior eficiência na prestação dos serviços públicos e melhoria no atendimento à população. Além disso, a reforma permitirá a preservação e valorização do patrimônio público municipal, prolongando a vida útil da edificação e reduzindo a necessidade de intervenções corretivas emergenciais, que geralmente implicam maiores custos para a Administração Pública.

Dessa forma, os resultados pretendidos concentram-se na melhoria da infraestrutura do equipamento público, na promoção do bem-estar dos usuários, na qualificação do atendimento prestado à população e na otimização da gestão dos recursos públicos.

XV - EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP

- Eng. Yago Roxinol – Assessor Técnico – Matrícula: 15837/01
- Arq. Felipe José – Assessor Técnico de Infraestrutura – Matrícula: 15834/01

CENTRO DE ESPORTE E LAZER DA TERCEIRA IDADE

Item	Banco	Código		Unid.	Quantidade
SERVIÇOS PRELIMINARES					
1	EMOP	02.020.0001-0	PLACA DE IDENTIFICACAO DE OBRA PUBLICA,INCLUSIVE PINTURA E SUPORTES DE MADEIRA,FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	7,00

Identificação da Obra	3,00 m	x	2,00 m	x	1 unid	=	6,00 m²
	1,00 m	x	1,00 m	x	1 unid	=	1,00 m²
							7,00 m²

2	EMOP	05.050.0001-0	PLACA DE INAUGURACAO EM ALUMINIO,MEDINDO (0,40X0,60)M,COM 1MM DE ESPESSURA,COM INSCRICAO EM PLOTTER,FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	1,00
---	------	---------------	--	----	------

1 unid

ADMINISTRAÇÃO LOCAL					
3	SINAPI	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	540,00

DIAS

15 unid	X	6 h	X	6 meses	=	540 h
---------	---	-----	---	---------	---	--------------

4	SINAPI	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	540,00
---	--------	-------	---	---	--------

DIAS

15 unid	X	6 h	X	6 meses	=	540 h
---------	---	-----	---	---------	---	--------------

DEMOLIÇÕES E DESCARTE DE MATERIAIS					
5	EMOP	05.001.0876-0	RASPAGEM COM ESPATULA DE ACO OU ESCOVA DE ACO PARA REMOCAO DE CRAQUELE DE PINTURA	M2	210,04

****Perímetro externo

Ambiente	Perímetro	x	altura	=	Subtotal
Fachada	135,91 m	x	0,50 m	=	67,96 m²

****Perímetro interno

Ambiente	Perímetro	x	altura	=	Subtotal
Musculação	36,30 m	x	0,50 m	=	18,15 m²
Sala de Yoga	25,15 m	x	0,50 m	=	12,58 m²
Avaliação	11,00 m	x	0,50 m	=	5,50 m²
Direção	11,00 m	x	0,50 m	=	5,50 m²
Administração	11,00 m	x	0,50 m	=	5,50 m²
Almoxarifado	11,00 m	x	0,50 m	=	5,50 m²
Área de Serviço	15,00 m	x	0,50 m	=	7,50 m²
Depósito	9,00 m	x	0,50 m	=	4,50 m²
Cozinha	19,80 m	x	0,50 m	=	-9,90 m²
Circulação	52,20 m	x	0,50 m	=	26,10 m²
Convivência e salão de jog	39,20 m	x	0,50 m	=	19,60 m²
Sala de ginástica	25,15 m	x	0,50 m	=	12,58 m²
Auditório	43,50 m	x	0,50 m	=	21,75 m²
Depósito	9,30 m	x	0,50 m	=	4,65 m²
Vestitório Portadores de Defici	11,80 m	x	0,50 m	=	-5,90 m²
Vestitório Feminino	18,26 m	x	0,50 m	=	-9,13 m²
Vestitório Masculino	18,26 m	x	0,50 m	=	-9,13 m²
Sanitário Feminino	16,08 m	x	0,50 m	=	-8,04 m²
Sanitário Masculino	16,08 m	x	0,50 m	=	-8,04 m²
Sala de Reunião	15,00 m	x	0,50 m	=	7,50 m²
					174,72 m²

****Descontos externos (janelas e portas)

Ambiente	Perímetro	x	altura	=	Subtotal
Portas Fachada	9,6	x	1,40 m²	=	13,44 m²
Janelas Fachadas	16	x	1,20 m²	=	19,20 m²
					32,64 m²

(Área Total - vãos) **210,04 m²**

6	EMOP	05.001.0009-0	DEMOLICAO DE REVESTIMENTO EM AZULEJOS,CERAMICAS OU MARMORE EM PAREDE,EXCLUSIVE A CAMADA DE ASSENTAMENTO	M2	38,08
---	------	---------------	---	----	-------

Ambiente	Perímetro interno Piscina	x	altura	=	Total
Paredes piscina	Perímetro 27,20 m	x	1,40 m	=	38,08 m²

7	EMOP	04.014.0095-0	RETIRADA DE ENTULHO DE OBRA COM CACAMBA DE ACO TIPO CONTAINER COM 5M3 DE CAPACIDADE,INCLUSIVE CARREGAMENTO,TRANSPORTE E DESCARREGAMENTO.CUSTO POR UNIDADE DE CACAMBA E INCLUI A TAXA PARA DESCARGA EM LOCAIS AUTORIZADOS	UN	2,00
---	------	---------------	--	----	------

Considerado 470kg de resíduos sólidos por m² de construção

2 unid

REVESTIMENTOS PAREDES, TETOS E PISOS					
8	EMOP	13.022.0045-0	REVESTIMENTO DE PAREDES COM PASTILHA CERAMICA,COM MEDIDAS EM TORNO DE (7,5X7,5)CM,ASSENTE CONFORME ITEM 13.025.0016	M2	38,08

Ambiente	Perímetro interno Piscina	x	altura	=	Total
Paredes piscina	Perímetro 27,20 m	x	1,40 m	=	38,08 m²

9	EMOP	13.025.0020-0	REJUNTAMENTO DE AZULEJOS,PASTILHAS OU LADRILHOS,EM PAREDES,COM PASTA DE CIMENTO BRANCO	M2	1.038,59
---	------	---------------	--	----	----------

Ambiente	largura	x	comprimento	=	Subtotal
Piscina	9,80 m	x	3,80 m	=	37,24 m²
Musculação	6,70 m	x	11,45 m	=	76,72 m²
Sala de Yoga	5,00 m	x	7,58 m	=	37,90 m²
Avaliação	2,50 m	x	3,00 m	=	7,50 m²
Direção	2,50 m	x	3,00 m	=	7,50 m²
Administração	2,50 m	x	3,00 m	=	7,50 m²
Almoxarifado	2,50 m	x	3,00 m	=	7,50 m²
Área de serviço	4,50 m	x	3,00 m	=	13,50 m²

CENTRO DE ESPORTE E LAZER DA TERCEIRA IDADE

Item	Banco	Código					Unid.	Quantidade
	Depósito	1,50 m	x	3,00 m	=	4,50 m²		
	Circulação	16,02 m	x	1,50 m	=	24,03 m²		
	Auditorio	9,53 m	x	11,45 m	=	109,13 m²		
	Hall de entrada	2,40 m	x	3,65 m	=	8,76 m²		
	Sala de reunião	2,50 m	x	5,00 m	=	12,50 m²		
	Convivência	11,21 m	x	6,85 m	=	76,78 m²		
	Sala de ginástica	5,00 m	x	7,58 m	=	37,87 m²		
	Circulação	8,60 m	x	2,00 m	=	17,20 m²		
	Área externa piscina	7,50 m	x	12,65 m	=	94,88 m²		
	Cozinha	6,15 m	x	3,15 m	=	19,37 m²		
	Vestário PcD	1,70 m	x	3,30 m	=	5,61 m²		
	Vestário Feminino	3,30 m	x	4,58 m	=	15,11 m²		
	Vestário Masculino	3,30 m	x	4,58 m	=	15,11 m²		
	Sanitário Feminino	3,85 m	x	3,50 m	=	13,48 m²		
	Sanitário Masculino	3,85 m	x	3,50 m	=	13,48 m²		
					=	663,16 m²		
	Ambiente	****Áreas das paredes						
		laroura	x	comprimento	=	Subtotal		
	Piscina	1,40 m	x	27,20 m	=	38,08 m²		
	Área de serviço	3,60 m	x	15,00 m	=	54,00 m²		
	Cozinha	3,60 m	x	19,80 m	=	71,28 m²		
	Vestiaro Portadores de Deficiência	3,00 m	x	11,80 m	=	35,40 m²		
	Vestário Feminino	3,00 m	x	18,26 m	=	54,78 m²		
	Vestário Masculino	3,00 m	x	18,26 m	=	54,78 m²		
	Sanitário Feminino	3,00 m	x	16,08 m	=	48,24 m²		
	Sanitário Masculino	3,00 m	x	16,08 m	=	48,24 m²		
					=	404,80 m²		
	Ambiente	****Descontos (portas)						
		Perimetro	x	altura	=	Subtotal		
	Área de serviço	1,60 m	x	2,10 m	=	3,36 m²		
	Cozinha	1,60 m	x	2,10 m	=	3,36 m²		
	Vestiaro Portadores de Deficiência	0,80 m	x	2,10 m	=	1,68 m²		
	Vestiaro Feminino	0,80 m	x	2,10 m	=	1,68 m²		
	Vestiaro Masculino	0,80 m	x	2,10 m	=	1,68 m²		
	Sanitário Feminino	0,80 m	x	2,10 m	=	1,68 m²		
	Sanitário Masculino	0,80 m	x	2,10 m	=	1,68 m²		
					=	15,12 m²		
	Ambiente	****Descontos (lanelas)						
		Laroura	x	altura	=	Subtotal		
	Área de serviço	1,50 m	x	1,50 m	=	2,25 m²		
	Cozinha	2,00 m	x	1,50 m	=	3,00 m²		
	Vestiaro Portadores de Deficiência	1,00 m	x	1,00 m	=	1,00 m²		
	Vestário Feminino	2,00 m	x	1,00 m	=	2,00 m²		
	Vestário Masculino	2,00 m	x	1,00 m	=	2,00 m²		
	Sanitário Feminino	2,00 m	x	1,00 m	=	2,00 m²		
	Sanitário Masculino	2,00 m	x	1,00 m	=	2,00 m²		
					=	14,25 m²		
						1.038,59 m²		

Total(Área total - vãos)

E	ESQUADRIAS							
10	EMOP	14.006.0014-0	PORTA DE MADEIRA,EM COMPENSADO,COM NÚCLEO DO TIPO COLMEIA,COM MEDIDAS APROXIMADAS DE (60X210X3,5)CM,FOLHEADA NAS 2 FACES,MARCO DE (13X3)CM E ALIZARES DE (5X2)CM,CONFORME ABNT NBR 15930,EXCLUSIVE FERRAGENS.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	11,00			
			Vestário feminino	4				
			Vestário Masculino	4				
			Sanitário feminino	2				
			Sanitário masculino	1				
				11 unid				
11	EMOP	14.006.0010-0	PORTA DE MADEIRA,EM COMPENSADO,COM NÚCLEO DO TIPO COLMEIA,COM MEDIDAS APROXIMADAS DE (80X210X3,5)CM,FOLHEADA NAS 2 FACES,MARCO DE (13X3)CM E ALIZARES DE (5X2)CM,CONFORME ABNT NBR 15930,EXCLUSIVE FERRAGENS.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	18,00			

			Depósito	1				
			Área de serviço	1				
			Cozinha	1				
			Almoxarifado	1				
			Administração	1				
			Direção	1				
			Sala de yoga	1				
			Salão de jogos	1				
			Avaliação	1				
			Sala de ginástica	1				
			Sanitário feminino	2				
			Sanitário Masculino	2				
			Vestário feminino	1				
			Vestário Masculino	1				
			Portadores de deficiência	1				
			Sala de reunião	1				
				18 unid				

12	EMOP	14.007.0057-0	FERRAGENS PI PORTA MADEIRA,1 FOLHA DE ABRIR,INTERNA,CONSTANDO DE FORN 3/COLOC.(ESTA INCLUIDA NO FORN E COLOC.DAS ESQUADRIAS),DE:-FECHADURA DE EMBUTIR EM METAL C/ACABAMENTO CROMADO;-MACANETA TIPO ALAVANCA EM METAL C/ACABAMENTO CROMADO;-ROSETA EM METAL C/ACA	UN	11,00			
			Para atender aos itens 10	=	11 unid			

F	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS							
13	SINAPI	93664	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	4,00			
	Ar condicionado		Quantidade		4 und.			
14	EMOP	18.027.0474-0	LUMINÁRIA DE SOBREPOR, FIXADA EM LAJE OU FORRO, TIPO CALHA,CHANFRADA OU PRISMÁTICA, COMPLETA, COM LÂMPADA LED TUBULAR DE 2 X 9W. FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	87,00			
	Ambiente		Quantidade					

CENTRO DE ESPORTE E LAZER DA TERCEIRA IDADE

Item	Banco	Código		Unid.	Quantidade
			Fachada	15 unid	
			Musculação	8 unid	
			Sala de Yoga	4 unid	
			Avaliação	1 unid	
			Direção	1 unid	
			Administração	1 unid	
			Almoxarifado	1 unid	
			Área de Serviço	2 unid	
			Depósito	1 unid	
			Cozinha	3 unid	
			Circulação	8 unid	
			Convivência e salão de jogos	4 unid	
			Sala de ginástica	4 unid	
			Auditório	12 unid	
			Depósito	1 unid	
			Vestibário Portadores de Deficiência	2 unid	
			Vestibário Feminino	6 unid	
			Vestibário Masculino	6 unid	
			Sanitário Feminino	2 unid	
			Sanitário Masculino	2 unid	
			Sala de Reunião	3 unid	
			87 unid		

15	EMOP	15.008.0085-0	CABO DE COBRE FLEXIVEL COM ISOLAMENTO TERMOPLASTICO,COMPREENDENDO:PREPARO,CORTE E ENFIACAO EM ELETRODUTOS,NA BITOLA DE 2,5MM2, 450/750V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	200,00
----	------	---------------	--	---	--------

Elétrica Geral = 200,00 m

16	EMOP	15.008.0090-0	CABO DE COBRE FLEXIVEL COM ISOLAMENTO TERMOPLASTICO,COMPREENDENDO:PREPARO,CORTE E ENFIACAO EM ELETRODUTOS NA BITOLA DE 4MM2, 450/750V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	200,00
----	------	---------------	--	---	--------

Elétrica Geral = 200,00 m

17	EMOP	18.007.0049-0	CHUVEIRO ELETRICO,EM PLASTICO,DE 110/220V.FORNECIMENTO	UN	7,00
----	------	---------------	--	----	------

7 unid

18	EMOP	15.004.0046-0	INSTALACAO E ASSENTAMENTO DE CHUVEIRO ELETRICO (EXCLUSIVE FORNECIMENTO DO APARELHO E REGISTRO),COMPREENDENDO 5,00M DE TUBO DE PVC DE 25MM,RALO SECO DE PVC DE 100MM COM GRELHA,2,00M DE TUBO DE PVC DE 40MM,30,00M DE FIO 4MM 2,6,00M DE ELETRODUTO DE PVC DIAMETRO DE 3/4" E CONEXOES	UN	7,00
----	------	---------------	--	----	------

7 unid

G	CLIMATIZAÇÃO				
19	SINAPI	103253	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 24000 BTUIH, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE	UN	4,00

Quantidade
4 unid

H	COBERTURAS				
20	EMOP	16.005.0070-0	COBERTURA EM TELHA TERMICA DE GALVALUME,TRAPEZOIDAL,DUPLA COM ESPESURA DE 30MM,INCLUSIVE TODOS OS ACESSORIOS NECESSARIOS A SUA EXECUCAO.MEDIDA PELA AREA REAL DE COBERTURA,FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	132,16

Perímetro cobertura metálica
 Ambiente
 Telhado metálico
 Comprimento 8,26 m x largura 16,00 m = Total 132,16 m²

I	PINTURAS				
21	EMOP	17.018.0112-0	PINTURA COM TINTA LATEX SEMIBRILHANTE,FOSCA OU ACETINADA,CLASSIFICACAO PREMIUM OU STANDARD (NBR 15079),PARA INTERIOR E EXTERIOR,BRANCA OU COLORIDA,SOBRE TJOLO,CONCRETO LISO,CIMENTO SEM AMIANTO, E REVESTIMENTO,INCLUSIVE LIXAMENTO,UMA DEMAIO DE SELADOR ACRILICO,DEMAIO DE MEIA MASSA E DUAS DEMAOS DE ACABAMENTO	M2	2.738,29

****Perímetro externo

Ambiente	Perímetro	x	altura	=	Subtotal
Fachada	135,91 m	x	4,00 m	=	543,64 m²

****Perímetro interno

Ambiente	Perímetro	x	altura	=	Subtotal
Musculação	36,30 m	x	3,00 m	=	108,90 m²
Sala de Yoga	25,15 m	x	3,00 m	=	75,45 m²
Avaliação	11,00 m	x	3,00 m	=	33,00 m²
Direção	11,00 m	x	3,00 m	=	33,00 m²
Administração	11,00 m	x	3,00 m	=	33,00 m²
Almoxarifado	11,00 m	x	3,00 m	=	33,00 m²
Área de Serviço	15,00 m	x	3,00 m	=	45,00 m²
Depósito	9,00 m	x	3,00 m	=	27,00 m²
Cozinha	19,80 m	x	3,00 m	=	59,40 m²
Circulação	52,20 m	x	3,00 m	=	156,60 m²
Convivência e salão de jog	39,20 m	x	3,00 m	=	117,60 m²
Sala de ginástica	25,15 m	x	3,00 m	=	75,45 m²
Auditório	43,50 m	x	3,00 m	=	130,50 m²
Depósito	9,30 m	x	3,00 m	=	27,90 m²
Vestibário Portadores de Defici	11,80 m	x	3,00 m	=	35,40 m²
Vestibário Feminino	18,26 m	x	3,00 m	=	54,78 m²
Vestibário Masculino	18,26 m	x	3,00 m	=	54,78 m²
Sanitário Feminino	16,08 m	x	3,00 m	=	48,24 m²
Sanitário Masculino	16,08 m	x	3,00 m	=	48,24 m²
Sala de Reunião	15,00 m	x	3,00 m	=	45,00 m²
Teto do imóvel				=	528,68 m²

****Descontos(janelas e portas)

Ambiente	Perímetro	x	altura	=	Subtotal
Portas Fachada	9,6	x	2,10 m²	=	20,16 m²
Janelas Fachadas (1x1)	2		1,00 m²	=	2,00 m²
Janelas Fachadas (1,5x1,5)	28,5		1,50 m²	=	42,75 m²
Janelas Fachadas (2x1)	6	x	1,00 m²	=	6,00 m²
Janelas Fachadas (2x1,5)	6	x	1,50 m²	=	9,00 m²
Janelas Fachadas (2x2,5)	16	x	2,50 m²	=	40,00 m²

119,91 m²

(Área Total - vãos) 2.738,29 m²

22	EMOP	17.017.0350-0	PINTURA INTERNA OU EXTERNA SOBRE FERRO GALVANIZADO OU ALUMINIO,USANDO FUNDO PARA GALVANIZADO,INCLUSIVE LIXAMENTO LEVE,LIMPEZA,DESENGORDURAMENTO E DUAS DEMAOS DE ACABAMENTO COM ESMALTE SINTETICO ALQUIDICO,ALTO BRILHO,BRILHANTE,ACETINADO OU FOSCO	M2	843,37
----	------	---------------	--	----	--------

GRADIL JANELAS	Perímetro	x	altura	=	Subtotal
Perímetro externo	90,00 m	x	1,70 m	=	612,00 m²
Estrutura Telhado(v)	0,20 m	x	16,00 m	=	12,80 m²
Estrutura Telhado(h)	0,40 m	x	8,26 m	=	13,22 m²
Janelas Fachadas (1x1)	2,00 m	x	1,00 m	=	2,00 m²
Janelas Fachadas (1,5x1,5)	28,50 m	x	1,50 m	=	42,75 m²
Janelas Fachadas (2x1)	6,00 m	x	1,00 m	=	6,00 m²
Janelas Fachadas (2x1,5)	6,00 m	x	1,50 m	=	9,00 m²
Janelas Fachadas (2x2,5)	16,00 m	x	2,50 m	=	40,00 m²
Janelas externas (17x1,50)	25,50 m	x	1,50 m	=	38,25 m²

CENTRO DE ESPORTE E LAZER DA TERCEIRA IDADE

Item	Banco	Código	Unit.	Quantidade
------	-------	--------	-------	------------

776,02 m²

PORTAS

ÁREA

tx por área do vão

Portas de enrolar	22,80 m²	x	2,5	=	57,00 m²
Porta Acesso hall	4,14 m²	x	2,5	=	10,35 m²

67,35 m²

SOMATÓRIO	776,02 m²	+	67,35 m²	=	843,37 m²
-----------	-----------	---	----------	---	-----------

J INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIA

23	SINAPI	86931	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	7,00
----	--------	-------	---	----	------

Sanitário Masculino	2
Sanitário Feminino	3
Vestibário Masculino	1
Vestibário Feminino	1

7 unid

24	SINAPI	86937	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE, INCLUSO VÁLVULA EM METAL CROMADO E SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	10,00
----	--------	-------	--	----	-------

Sanitário Masculino	3
Sanitário Feminino	3
Vestibário Masculino	2
Vestibário Feminino	2

10 unid

K IMPERMEABILIZAÇÃO

25	SINAPI	98554	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	68,16
----	--------	-------	--	----	-------

TELHADO	4,26 m	X	16,00 m	68,16 m²
---------	--------	---	---------	----------



ESPAÇO RESERVADO À PMQ

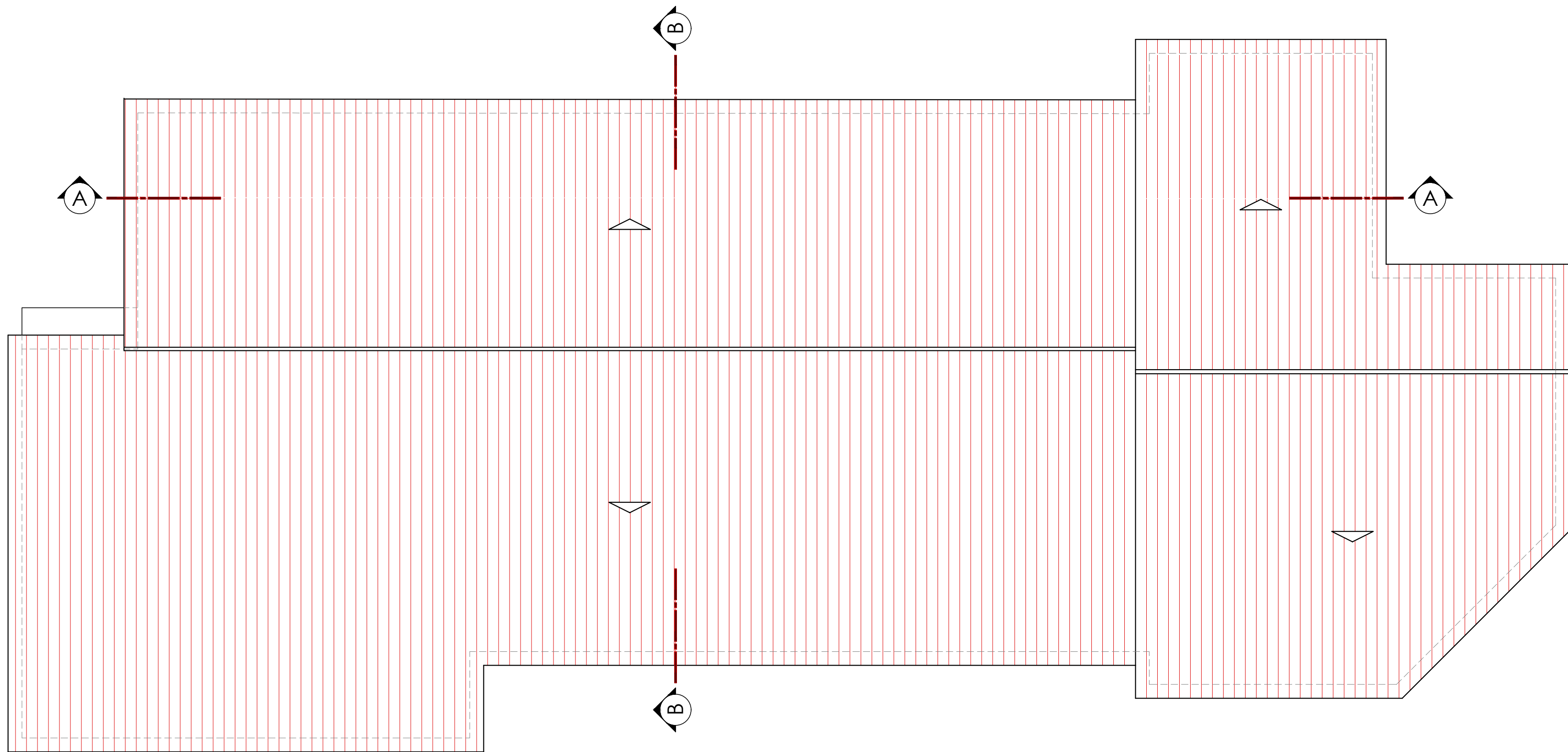
NATUREZA: PROJETO DE REFORMA DO CENTRO ESPORTIVO E DE LAZER PARA A TERCEIRA IDADE, SITUADO JUNTO A VILA OLÍMPICA DE QUEIMADOS

ENDEREÇO: AVENIDA MARACANÃ, S/N, LOTEAMENTO VILA PACAEMBU - QUEIMADOS, RJ

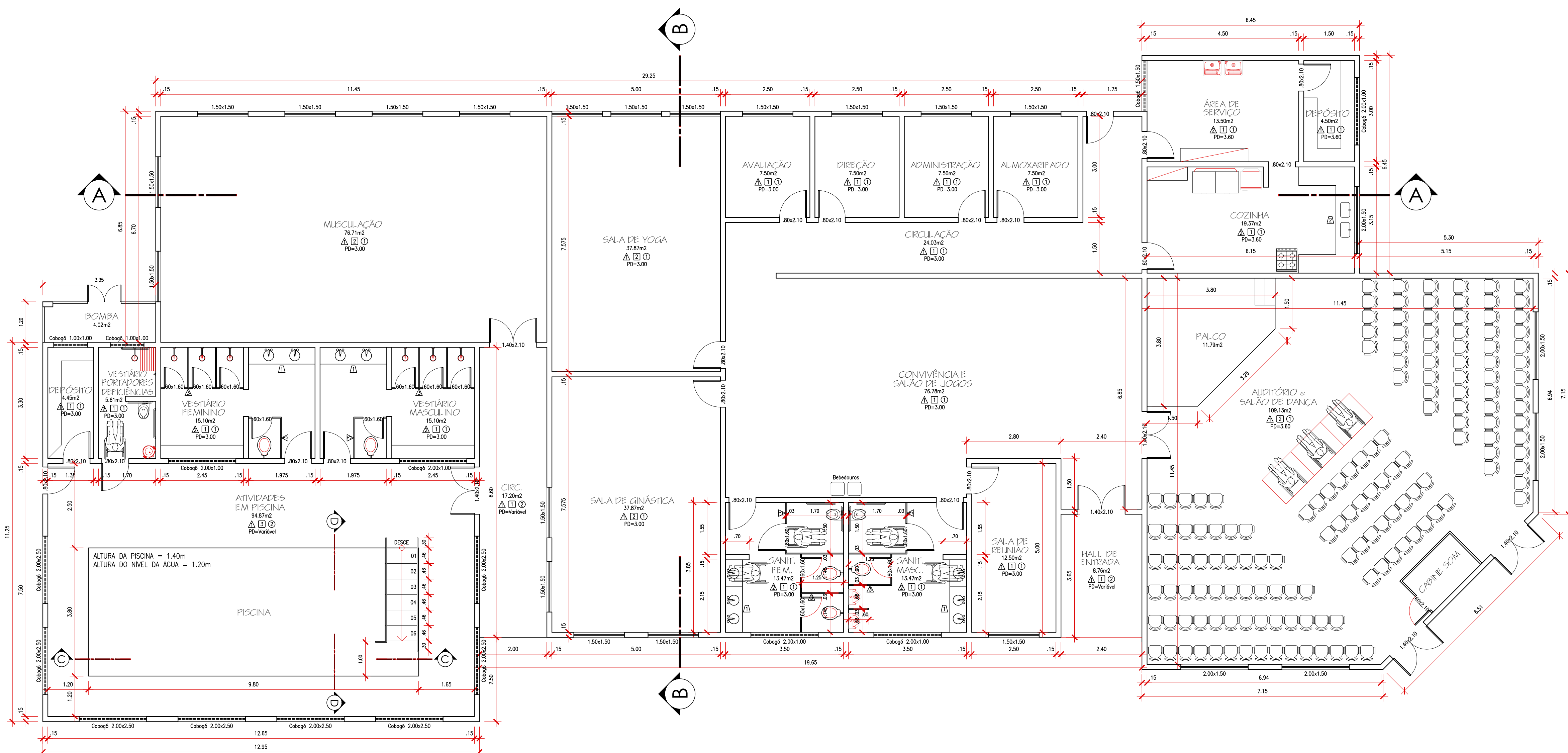
- ÁREA CONSTRUÍDA	- 677,90 m2	PREFEITO GLAUCO KAIZER CRISTINA REMANN DA SILVA Assinado de forma digital por CRISTINA REMANN DA SILVA OLIVEIRA:05643372770 Dados: 2026.04.29 10:42:16 -0300
- ÁREA LIVRE	- 327,30 m2	
- TAXA DE OCUPAÇÃO	- 67,09 %	

RESP. TÉCNICO Marcio Ribeiro de Souza - Engenheiro Civil
CREA / RJ : 2017106594

DESENHISTA:	Nº. PRANCHA / TOTAL
Marcio Ribeiro de Souza ATI - Matr: 14454/01 - SEMOB/PMQ	01/03



TELHADO
ESCALA 1:100



PLANTA BAIXA
ESCALA 1:75

ACABAMENTOS

△ PAREDE

- 1 - REVESTIMENTO EM PINTURA ACRILICA SOBRE MASSA ACRILICA.
- 2 - REVESTIMENTO CERÂMICO 15x15cm.
- 3 - DIVISÓRIA EM MÁRMORE BRANCO, h=1,80m.

□ PISO

- 1 - PISO CERÂMICO, PI-S ANTI-DERRAPANTE.
- 2 - PISO TIPO PAWFLIX.
- 3 - PISO EM PEDRA SÃO TOMÉ.

○ TETO

- 1 - LAJE COM REVESTIMENTO EM PINTURA PVA SOBRE MASSA PVA.
- 2 - COBERTURA EM TELHAS CERÂMICA TIPO PORTUGUESA OU ROMANA.

△ BANCADAS

- 1 - BANCADA EM MÁRMORE BRANCO, COM CUBA EM LOUÇA BRANCA.
- 2 - BANCADA EM MÁRMORE BRANCO, COM CUBA INOX nº02.

00	16/04/2026	EMISSIONAL INICIAL
Nº	DATA	DESCRIÇÃO

CONTROLE DE REVISÕES

ESPAÇO RESERVADO À PMQ

ESCALA:	TÍTULO:	DATA:
INDICADA	APROVAÇÃO DE PROJETO PLANTA BAIXA E DE COBERTURA	ABRIL/2026

NATUREZA:	PROJETO DE REFORMA DO CENTRO ESPORTIVO E DE LAZER PARA A TERCEIRA IDADE, SITUADO JUNTO A VILA OLÍMPICA DE QUEIMADOS
-----------	--

USO:	PROJETO DE REFORMA	Nº DE PAVIMENTOS:
		-

ENDEREÇO:	AVENIDA MARACANÃ, S/N, LOTEAMENTO VILA PACAEMBU - QUEIMADOS, RJ
-----------	---

QUADRO DE ÁREAS:	
- ÁREA DO TERRENO PERTENCENTE AO CENTRO ESPORTIVO DA TERCEIRA IDADE	- 994,60 m²
- ÁREA CONSTRUÍDA	- 677,90 m²
- ÁREA LIVRE	- 327,30 m²
- TAXA DE OCUPAÇÃO	- 67,09 %



PREFEITO GLAUCO KAIZER

CRISTINA REMANN DA SILVA
OLIVEIRA:05643372770
03/07

SECRETÁRIO: Cristina Remann - Secretária de Obras

Documento assinado digitalmente:
MARCIO RIBEIRO DE SOUZA
Data: 20/04/2026 15:55:18 -0300
Verifique em: https://validar.dig.gov.br

RESP. TÉCNICO: Marcio Ribeiro de Souza - Engenheiro Civil
CREA / RJ : 2017105594

DESENHISTA: Marcio Ribeiro de Souza
ATI - Matr: 14454/01 - SEMOB/PMQ

Nº. PRANCHA / TOTAL
02/03



Prefeitura de Queimados
Secretaria Municipal de Obras – SEMOB

MEMORIAL DESCRITIVO

RELATIVO À REFORMA DO CENTRO DE ESPORTE E LAZER DA TERCEIRA IDADE, NO
BAIRRO PACAEMBU, NO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS / RJ.



1. OBJETO

O presente memorial descritivo tem por finalidade, descrever as etapas construtivas e estabelecer as metodologias executivas, critérios, condições e procedimentos estabelecidos para contratação de empresa especializada no ramo de construção civil para o desenvolvimento das obras relativo à reforma do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade, situado na Avenida Maracanã, Bairro: Pacaembu – Queimados - RJ.

2. FORMAS DE EXECUÇÃO

O caderno de Encargos composto por Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Memorial Descritivo dos Serviços e Projeto Arquitetônico, ficará fazendo parte integrante do contrato.

O Construtor assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar de acordo com o Caderno de Encargos e demais documentos técnicos fornecidos, bem como pelos danos decorrentes da realização de ditos retrabalhos.

3. PRAZOS DE EXECUÇÃO

Será de 180 (cento e oitenta) dias, o prazo global para a execução da obra. Considerar-se-á para efeito de contagem do Prazo de Execução a data de assinatura da Ordem de Serviços.

O Contratado executará toda a obra e serviços convencionados dentro do prazo fixado, obrigando-se a entregar ao término desse prazo, ditos serviços e obra inteiramente concluídos.

4. FORMAS DE PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será realizado através de medições efetuadas pela Fiscalização no decorrer da obra e após a conclusão dos serviços. Tais medições deverão ser fundamentadas em solicitação de medição pela Contratada a qual deverá apresentar relação completa dos serviços executados dos quais solicita a medição.



5. TAXAS E EMULOMENTOS PARA A EXECUÇÃO DA OBRA

Correspondem aos custos com que o Contratado terá que arcar para obter dos órgãos públicos competentes todas as licenças e liberações referentes à obra.

Para efeito de fiscalização, o Contratado deverá providenciar e manter em obra os seguintes documentos:

Registro da obra (Certificado de Matrícula) obtido junto ao INSS o relativo ao objeto do contrato, de forma a possibilitar o licenciamento da execução dos serviços e obras, nos termos do Artigo 83 do Decreto Federal n.º 356/91;

Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's, obtido junto ao CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, obtido junto ao CAU, referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n.º 6496/77;

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

6.1 PLACA INDICATIVA DA OBRA

Deverá ser alocada uma placa de identificação da obra conforme as seguintes orientações:

As dimensões mínimas da placa deverão ser de 3,00 m x 1,00 m.

Tanto as letras (fonte Arial) quanto os logotipos, deverão ter tamanhos proporcionais ao tamanho da placa.

As cores das letras deverão ser de tonalidade escura em contraste com o fundo claro;

A placa deverá conter o nome da obra, prazo de execução, valor total e logotipo do órgão contratante.

A placa deverá permanecer no local até a inauguração da obra.

7. DEMOLIÇÕES

Serão realizadas demolições, respeitando normas de segurança, sustentabilidade e descarte adequado de resíduos. Serão demovidos os revestimentos existentes na parede, (paredes da piscina), bem como a retirada da argamassa colante e regularização aderida a base, até a exposição do substrato em condições adequadas para nova aplicação. Após a remoção, deverá ser realizada a limpeza completa da superfície, com eliminação de resíduos soltos, poeira e quaisquer materiais que comprometam a aderência.



Será realizada uma raspagem com espátula de aço ou escova de aço para remoção de craquele de pintura.

Todas as demolições serão realizadas por mão de obra especializada, utilizando ferramentas adequadas, evitando danos as estruturas existentes.

Os resíduos gerados serão coletados e descartados conforme normas ambientais e de segurança, mantendo o local limpo e seguro durante toda a execução da obra.

As demolições descritas tem como objetivo preparar a edificação para a aplicação dos novos revestimentos, assegurando segurança, qualidade e conformidade com o projeto.

8 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

As instalações elétricas serão executadas em condições totalmente operacionais, sendo que o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra deverão ser previstos no sentido de incluir todos os componentes necessários para tal, mesmo àqueles que embora não citados sejam indispensáveis para se atingir o perfeito funcionamento de todos os sistemas.

Deverão ser observadas as normas e códigos aplicáveis ao serviço em pauta, sendo que as especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) serão consideradas como elemento base para quaisquer serviços ou fornecimentos de materiais e equipamentos, em especial: NBR5410 - Instalações elétricas de baixa tensão.

As especificações descritas na relação de materiais se destinam a definir os equipamentos e materiais a serem fornecidos e/ou instalados para execução dos serviços em pauta, e deverão ser utilizados como referência para seleção dos mesmos.

Serão instaladas luminárias de sobrepor, fixadas em laje ou forro, tipo calha, chanfrada, completa, com lâmpada led tubular de 2x9w.

Serão instalados 7 chuveiros elétricos, em plástico de 110/220V.

Os chuveiros deverão ter boa qualidade, com potência compatível com a tensão da rede elétrica local. (127V), dotados de sistema de controle de temperatura e compatíveis com as condições de pressão hidráulica da edificação. Todos os equipamentos deverão possuir certificação do INMETRO.

Todos os serviços deverão atender às disposições da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 5410 e demais normas aplicáveis, sendo executados por profissionais habilitados, com testes finais de funcionamento antes da liberação do ambiente para uso.



9 REVESTIMENTOS

PAREDES

REVESTIMENTO CERÂMICO

O revestimento cerâmico para as paredes da piscina serão as pastilhas cerâmicas 7,5x7,5 cm, na cor branca, a 1,40m de altura do chão, juntas conforme fabricante, assentadas com argamassa colante tipo AC-III ou específica para piscinas.

Decorridas 72 horas do assentamento, inicia-se a operação do rejuntamento, Quando necessários os cortes e os furos das cerâmicas só poderão ser feitos com equipamento próprio para essa finalidade, não se admitindo o processo manual.

Os cortes e furos deverão ser preenchidos com o mesmo material utilizado para o rejuntamento.

Para execução do revestimento cerâmico serão observadas as seguintes normas:

NBR 13754 – Revestimento de paredes internas com placas cerâmicas e com utilização de argamassa colante – Procedimento; e NBR 14081 a NBR 14086 – Normas de argamassa.

10 COBERTURA

A cobertura será em telhas tipo “sanduiche”, compostas por chapas metálicas em aço revestido com liga de alumínio-zinco (galvalume), com núcleo isolante em poliuretano ou material equivalente, conforme especificação de projeto.

Telha térmica de galvalume, trapezoidal, dupla com espessura de 30mm, com todos os acessórios necessários para sua execução.

A estrutura de apoio deverá estar devidamente nivelada, alinhada e em condições adequadas para receber a cobertura, sendo previamente verificada quanto a resistência, fixação e integridade. Caso necessário, deverão ser executados ajustes ou reforços estruturais.

As telhas deverão ser instaladas conforme as recomendações do fabricante, respeitando o sentido de montagem, inclinação mínima, sobreposição longitudinal e transversal, bem como o correto posicionamento dos elementos de fixação. A fixação será realizada por meio de parafusos autobrocantes com arruelas de vedação em material elastomérico, garantindo estanqueidade e resistência as intempéries.

As telhas deverão apresentar uniformidade, ausência de deformações, fissuras ou danos no revestimento, garantindo desempenho térmico, acústico e durabilidade. O sistema deverá



assegurar adequada proteção contra infiltrações, além de contribuir para o conforto térmico do ambiente interno.

11 PINTURAS

As paredes e tetos das salas serão preparadas para receber pintura, incluindo limpeza, correção de imperfeições e aplicação de massa corrida, garantindo uma superfície lisa e uniforme. Em seguida, será aplicada demão de selador, conforme orientação do fabricante, em seguida duas demãos de tinta látex acrílica, cor definida em projeto, sendo branco puro para os tetos e algodão egípcio para as paredes.

A tinta utilizada deverá atender a norma DIN 55649 ou outra norma de sustentabilidade e deverá ser livre de solventes e odor, e ser de primeira linha.

As superfícies a pintar serão cuidadosamente limpas e convenientemente preparadas para o tipo de pintura a que se destinam.

A eliminação da poeira deverá ser completa, tomando-se precauções especiais contra o levantamento de pó durante os trabalhos até que as tintas sequem inteiramente. As superfícies só poderão ser pintadas quando perfeitamente secas.

Receberão duas demãos, sendo que, cada demão de tinta somente poderá ser aplicada depois de obedecido a um intervalo de 24 (vinte e quatro) horas entre demãos sucessivas, possibilitando, assim, a perfeita secagem de cada uma delas.

Serão adotadas precauções especiais e proteções, tais como o uso de fitas adesivas de PVC e lonas plásticas, no sentido de evitar respingos de tinta em superfícies não destinadas à pintura.

As tintas aplicadas serão diluídas conforme orientação do fabricante e aplicadas nas proporções recomendadas. As camadas deverão ser uniformes, sem escorrimento, falhas ou marcas de pincéis.

Serão executadas pintura interna e/ou externa sobre ferro galvanizado ou alumínio, usando fundo para galvanizado, inclusive lixamento leve, limpeza e duas demãos de acabamento com esmalte sintético, alto brilho.

12 ESQUADRIAS

Os serviços de marcenaria serão executados de acordo com as normas indicadas para esse tipo de serviço e conforme detalhes definidos pelo projeto de arquitetura, os quais constam



desenhos básicos, dimensões, materiais e as especificações particulares das esquadrias e similares.

12.1 ESQUADRIAS DE MADEIRA

As portas existentes serão substituídas por novas portas de madeira, (kit de porta pronta), conforme especificações do projeto, porta em madeira, em compensado, com núcleo do tipo colmeia, as portas deverão ter as seguintes medidas 0,60x2,10x3,5cm e 0,80x2,10x3,5cm.

Todas as portas serão alinhadas, niveladas e ajustadas para o fechamento perfeito.

Na execução do serviço, a madeira deverá ser de boa qualidade, seca e isenta de defeitos, tais como rachaduras, nós, escoriações, empenamento, etc.

As ferragens serão fixadas conforme normas técnicas e orientações do fabricante.

A execução será realizada por mão de obra especializada, garantindo durabilidade, segurança e acabamento adequado.

A ferragem para as portas de abrir deverão ser do tipo bola e alavanca, cromado. Serão todas em acabamento cromado.

As ferragens não poderão receber pintura. As dobradiças deverão ser de latão e terão pino de bola de latão, para as portas pesadas terão arruela intermediária de desgaste.

As ferragens deverão ser executadas rigorosamente em perfeito acabamento, sem folgas ou emendas, nela inclusa seus rebaixos ou encaixes.

Deverão ser verificadas as cargas das peças a serem fixadas pelas ferragens, principalmente as dobradiças, que deverão ser suficientemente robustas, de fôrma a suportarem com folga, o regime de trabalho a que venham a ser submetidas.

13 CLIMATIZAÇÃO

Fornecimento e instalação de quatro equipamentos de ar condicionado tipo split e respectiva evaporadora, conforme as normas, ar condicionado tipo split 24000 BTU/H.



14 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

Os serviços de instalações hidrossanitárias compreendem a revisão, adequação e execução dos sistemas de abastecimento de água fria, esgotamento sanitário e ventilação do banheiro, visando garantir o correto funcionamento, a segurança e a conformidade com as normas técnicas vigentes. Serão substituídos os vasos sanitários existentes dos banheiros feminino e masculino e dos vestiários femininos e masculinos.

Serão substituídas as cubas de embutir oval em louça branca. Serão realizadas, quando necessário, a substituição e o remanejamento das tubulações hidráulicas e sanitárias, utilizando materiais adequados e de qualidade comprovada, devidamente embutidos e protegidos. Os pontos de água e esgoto serão ajustados para atender aos aparelhos sanitários, tais como vaso sanitário e lavatório.

15 IMPERMEABILIZAÇÃO

A superfície do telhado deverá ser previamente limpa, seca e isenta de poeira, óleos, graxas, fungos ou quaisquer materiais que possam prejudicar a aderência do sistema impermeabilizante. Será realizada a impermeabilização de superfície com membrana à base de resina acrílica, 3 demãos.

16 SERVIÇOS COMPLEMENTARES DIVERSOS

A. INSPEÇÃO E TESTES

Após a conclusão de todos os trabalhos, a fiscalização fará uma inspeção final, constatando a fidelidade de construção aos seus desenhos executivos e às respectivas especificações, especialmente no que está disposto a seguir.

As portas e janelas deverão abrir e fechar livremente, com todas as ferragens em perfeito funcionamento.

As canalizações, de qualquer natureza, deverão ser rigorosamente inspecionadas e testadas contra vazamento e outros defeitos.

A instalação elétrica, após a sua ligação à rede externa, será inspecionada e todas as chaves e aparelhos serão testados.



Os caimentos dos pisos no sentido de escoamento das águas de lavagem e/ou águas pluviais serão verificados.

A uniformidade e a qualidade das pinturas serão verificadas.

B. FALHAS E/OU DEFEITOS

A construtora deverá tomar providências imediatas para reparar, seja qual for a extensão ou o alcance dessas medidas, quaisquer falhas, defeitos ou omissões que contrariem as disposições das Normas da ABNT e/ou outras adotadas, dos desenhos do projeto executivo e destas Especificações Técnicas.

C. LIMPEZA GERAL DA OBRA

Limpeza geral final de pisos, paredes, equipamentos e áreas externas, inclusive calçadas.

Para a limpeza, deverão ser usados de modo geral água e sabão neutro: o uso de detergentes, solventes e removedores químicos deverão ser restritos efeitos de modo a não causar na calçada externa.

Deverá ser realizada a remoção de todo o entulho da obra, deixando-a completamente desimpedida de todos os resíduos de construção, bem como cuidadosamente varridos os seus acessos.

Deverão ser cuidadosamente removidas todas as manchas e salpicos de tinta de todas as partes e componentes da edificação, dando-se especial atenção à limpeza dos vidros, ferragens, esquadrias, luminárias e peças e metais sanitários.

Para assegurar a entrega da edificação em perfeito estado, a CONTRATADA deverá executar todos os arremates que julgar necessários, bem como os determinados pela FISCALIZAÇÃO.

A obra deverá ser mantida completamente limpa, interna e externamente, sendo todo o entulho removido e todo o material restante transferido periodicamente. Deverão apresentar-se em perfeito funcionamento todas as instalações, equipamentos e aparelhos elétricos, assim como instalações de água, esgoto, etc., as quais deverão ser rigorosamente verificadas, obedecendo-se as normas da ABNT (NBR – 5651, NBR – 8160 e NBR – 5675) para aceitação da obra.

A obra deverá ser entregue totalmente limpa, isenta de detritos ou entulhos, com todas as instalações funcionando, testadas previamente e na presença da FISCALIZAÇÃO.

Após o término dos serviços será feita a desmobilização do canteiro de obras e a limpeza geral do complexo.



Prefeitura de Queimados
Secretaria Municipal de Obras – SEMOB

D. RELATÓRIO FINAL DE OBRAS

Ao final da obra deverá ser executado um relatório final de obras com as pranchas em tamanho A1 que irá constar das modificações (adições e supressões). Como também relatório em com as descrições completa dos materiais fornecidos e métodos aplicados para a execução da unidade. Sendo analisado pela fiscalização e mediante visto final.

Queimados, 29 abril de 2026.

Marcio Ribeiro de Souza
Assessor Técnico de Infraestrutura
Matrícula: 14454/01 - SEMOB

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
CENTRO DE ESPORTE E LAZER DA TERCEIRA IDADE
MÊS/AMP REF.: fev-26
VALOR DA OBRA: R\$ 457.052,67
PRAZO DA OBRA: 180 Dias
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	FONTE	CÓDIGO SEM DESONERAÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇOS SEM DESONERAÇÃO	
						PR UNIT	PARCIAL
A			SERVIÇOS PRELIMINARES			R\$	4.877,59
1	EMOP	02.020.0001-0	PLACA DE IDENTIFICACAO DE OBRA PUBLICA,INCLUSIVE PINTURA E SUPORTES DE MADEIRA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	7,00	554,58	R\$ 3.882,06
2	EMOP	05.050.0001-0	PLACA DE INAUGURACAO EM ALUMINIO,MEDINDO (0,40X0,60)M,COM 1MM DE ESPESSURA,COM INSCRICAO EM PLOTTER.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	1,00	995,53	R\$ 995,53
B			ADMINISTRAÇÃO LOCAL			R\$	119.221,20
3	SINAPI	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	540,00	161,52	R\$ 87.220,80
4	SINAPI	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	540,00	59,26	R\$ 32.000,40
C			DEMOLIÇÕES E DESCARTE DE MATERIAIS			R\$	7.583,67
5	EMOP	05.001.0876-0	RASPAGEM COM ESPATULA DE ACO OU ESCOVA DE ACO PARA REMOCAO DE CRAQUELE DE PINTURA	M2	210,04	27,40	R\$ 5.755,09
6	EMOP	05.001.0009-0	DEMOLICAO DE REVESTIMENTO EM AZULEJOS,CERAMICAS OU MARMORE EM PAREDE,EXCLUSIVE A CAMADA DE ASSENTAMENTO	M2	38,08	26,32	R\$ 1.002,26
7	EMOP	04.014.0095-0	RETIRADA DE ENTULHO DE OBRA COM CACAMBA DE ACO TIPO CONTAINER COM 5M3 DE CAPACIDADE,INCLUSIVE CARREGAMENTO,TRANSPORTE E DESCARREGAMENTO.CUSTO POR UNIDADE DE CACAMBA E INCLUI A TAXA PARA DESCARGA EM LOCAIS AUTORIZADOS	UN	2,00	413,16	R\$ 826,32
D			REVESTIMENTOS PAREDES, TETOS E PISOS			R\$	12.498,99
8	EMOP	13.022.0045-0	REVESTIMENTO DE PAREDES COM PASTILHA CERAMICA,COM MEDIDAS EM TORNO DE (7,5X7,5)CM,ASSENTE CONFORME ITEM 13.025.0016	M2	38,08	239,59	R\$ 9.123,58
9	EMOP	13.025.0020-0	REJUNTAMENTO DE AZULEJOS,PASTILHAS OU LADRILHOS,EM PAREDES,COM PASTA DE CIMENTO BRANCO	M2	1.038,59	3,25	R\$ 3.375,41
E			ESQUADRIAS			R\$	36.157,42
10	EMOP	14.006.0014-0	PORTA DE MADEIRA,EM COMPENSADO,COM NUCLEO DO TIPO COLMEIA,COM MEDIDAS APROXIMADAS DE (60X210X3,5)CM,FOLHEADA NAS 2 FACES,MARCO DE (13X3)CM E ALIZARES DE (5X2)CM,CONFORME ABNT NBR 15930,EXCLUSIVE FERRAGENS.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	11,00	1.061,57	R\$ 11.677,27
11	EMOP	14.006.0010-0	PORTA DE MADEIRA,EM COMPENSADO,COM NUCLEO DO TIPO COLMEIA,COM MEDIDAS APROXIMADAS DE (80X210X3,5)CM,FOLHEADA NAS 2 FACES,MARCO DE (13X3)CM E ALIZARES DE (5X2)CM,CONFORME ABNT NBR 15930,EXCLUSIVE FERRAGENS.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	18,00	1.300,04	R\$ 23.400,72
12	EMOP	14.007.0057-0	FERRAGENS P/PORTA MADEIRA,1 FOLHA DE ABRIR,INTERNA,CONSTANDO DE FORN.S/COLOC,(ESTA INCLUIDA NO FORN E COLOC.DAS ESQUADRIAS),DE:- FECHADURA DE EMBUTIR EM METAL C/ACABAMENTO CROMADO;-MACANETA TIPO ALAVANCA EM METAL C/ACABAMENTO CROMADO;-ROSETA EM METAL C/ACA	UN	11,00	98,13	R\$ 1.079,43
F			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS			R\$	16.980,95
13	SINAPI	93664	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 07/2025	UN	4,00	59,92	R\$ 239,68
14	EMOP	18.027.0474-0	LUMINARIA DE SOBREPOR, FIXADA EM LAJE OU FORRO, TIPO CALHA,CHANFRADA OU PRISMATICA, COMPLETA, COM LAMPADA LED TUBULAR DE 2 X 9W. FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	87,00	118,02	R\$ 10.267,74
15	EMOP	15.008.0085-0	CABO DE COBRE FLEXIVEL COM ISOLAMENTO TERMOPLASTICO,COMPREENDENDO:PREPARO,CORTE E ENFIACAO EM ELETRODUTOS,NA BITOLA DE 2,5MM2, 450/750V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	200,00	4,73	R\$ 946,00
16	EMOP	15.008.0090-0	CABO DE COBRE FLEXIVEL COM ISOLAMENTO TERMOPLASTICO,COMPREENDENDO:PREPARO,CORTE E ENFIACAO EM ELETRODUTOS NA BITOLA DE 4MM2, 450/750V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	200,00	6,61	R\$ 1.322,00
17	EMOP	18.007.0049-0	CHUVEIRO ELETRICO,EM PLASTICO,DE 110/220V.FORNECIMENTO	UN	7,00	54,80	R\$ 383,60
18	EMOP	15.004.0046-0	INSTALACAO E ASSENTAMENTO DE CHUVEIRO ELETRICO (EXCLUSIVE FORNECIMENTO DO APARELHO E REGISTRO),COMPREENDENDO 5,00M DE TUBO DE PVC DE 25MM,RALO SECO DE PVC DE 100MM COM GRELHA,2,00M DE TUBO DE PVC DE 40MM,30,00M DE FIO 4MM 2,6,00M DE ELETRODUTO DE PVC DIAMETRO DE 3/4" E CONEXOES	UN	7,00	545,99	R\$ 3.821,93
G			CLIMATIZAÇÃO			R\$	25.272,76
19	SINAPI	103253	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 24000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 11/2021 PE	UN	4,00	6.318,19	R\$ 25.272,76
H			COBERTURAS			R\$	16.181,67
20	EMOP	16.005.0070-0	COBERTURA EM TELHA TERMICA DE GALVALUME,TRAPEZOIDAL,DUPLA COM ESPESSURA DE 30MM,INCLUSIVE TODOS OS ACESSORIOS NECESSARIOS A SUA EXECUCAO.MEDIDA PELA AREA REAL DE COBERTURA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	132,16	122,44	R\$ 16.181,67
I			PINTURAS			R\$	113.001,48
21	EMOP	17.018.0112-0	PINTURA COM TINTA LATEX SEMIBRILHANTE,FOSCA OU ACETINADA,CLASSIFICACAO PREMIUM OU STANDARD (NBR 15079),PARA INTERIOR E EXTERIOR,BRANCA OU COLORIDA,SOBRE TIJOLO,CONCRETO LISO,CIMENTO SEM AMIANTO,E REVESTIMENTO,INCLUSIVE LIXAMENTO,UMA DEMAQ DE SELADOR ACRILICO,DEMAQ DE MEIA MASSA E DUAS DEMAOS DE ACABAMENTO	M2	2.738,29	33,09	R\$ 90.610,01
22	EMOP	17.017.0350-0	PINTURA INTERNA OU EXTERNA SOBRE FERRO GALVANIZADO OU ALUMINIO,USANDO FUNDO PARA GALVANIZADO,INCLUSIVE LIXAMENTO LEVE,LIMPEZA,DESENGORDURAMENTO E DUAS DEMAOS DE ACABAMENTO COM ESMALTE SINTETICO ALQUIDICO,ALTO BRILHO,BRILHANTE,ACETINADO OU FOSCO	M2	843,37	26,55	R\$ 22.391,47
J			INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIA			R\$	6.596,28
23	SINAPI	86931	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2020	UN	7,00	573,14	R\$ 4.011,98

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB

CENTRO DE ESPORTE E LAZER DA TERCEIRA IDADE

MÊS/AMP REF.: fev-26

VALOR DA OBRA: R\$ 457.052,67

PRAZO DA OBRA: 180 Dias

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	FONTE	CÓDIGO SEM DESONERAÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇOS SEM DESONERAÇÃO	
						PR UNIT	PARCIAL
24	SINAPI	86937	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE, INCLUSO VÁLVULA EM METAL CROMADO E SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 01/2020	UN	10,00	258,43	R\$ 2.584,30
K			IMPERMEABILIZAÇÃO				R\$ 3.678,59
25	SINAPI	98554	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_ 09/2023	M2	68,16	53,97	R\$ 3.678,59
SUBTOTAL GERAL DA OBRA						R\$	362.050,60
						26,24%	R\$ 95.002,07
VALOR TOTAL						R\$	457.052,67

CENTRO DE ESPORTE E LAZER DA TERCEIRA IDADE

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

Item	Serviços	TOTAL	0-30	31-60	61-90	91-120	120-150	150-180
PRINCIPAL								
A	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 4.877,59	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,65%
			812,93	812,93	812,93	812,93	812,93	812,12
B	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R\$ 119.221,20	100,00%					20,00%
			95.376,96					23.844,24
C	DEMOLIÇÕES E DESCARTE DE MATERIAIS	R\$ 7.583,67	100,00%					
			7.583,67					
D	REVESTIMENTOS PAREDES, TETOS E PISOS	R\$ 12.498,99	100,00%	30,00%	30,00%	40,00%		
			3.749,70	3.749,70	4.999,60			
E	ESQUADRIAS	R\$ 36.157,42	100,00%		20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
				7.231,48	7.231,48	7.231,48	7.231,48	7.231,48
F	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 16.980,95	100,00%	50,00%	50,00%			
			8.490,48	8.490,48				
G	CLIMATIZAÇÃO	R\$ 25.272,76	100,00%	50,00%	50,00%			
			12.636,38	12.636,38				
H	COBERTURAS	R\$ 16.181,67	100,00%	50,00%	50,00%			
			8.090,84	8.090,84				
I	PINTURAS	R\$ 113.001,48	100,00%			33,33%	33,33%	33,34%
					37.663,39	37.663,39	37.674,69	
J	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIA	R\$ 6.596,28	100,00%	50,00%	50,00%			
			3.298,14	3.298,14				
K	IMPERMEABILIZAÇÃO	R\$ 3.678,59	100,00%			33,33%	33,33%	33,34%
					1.226,07	1.226,07	1.226,44	
SUB TOTAL		R\$ 362.050,60	R\$ 140.039,09	R\$ 44.309,94	R\$ 51.933,48	R\$ 46.933,88	R\$ 46.945,55	R\$ 31.887,84
BDI 26,24%		R\$ 95.002,07	R\$ 36.746,25	R\$ 11.626,92	R\$ 13.627,34	R\$ 12.315,45	R\$ 12.318,51	R\$ 8.367,36
TOTAL		R\$ 457.052,67	R\$ 176.785,34	R\$ 55.936,86	R\$ 65.560,82	R\$ 59.249,33	R\$ 59.264,06	R\$ 40.255,20
ACUMULADO			176.785,34	232.722,20	298.283,02	357.532,35	416.796,41	457.052,57
% PARCIAL			38,68%	12,24%	14,34%	12,96%	12,97%	8,81%
% ACUMULADA			38,68%	50,92%	65,26%	78,23%	91,19%	100,00%



QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE BDI

PROPONENTE / TOMADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO

CENTRO DE ESPORTE E LAZER DA TERCEIRA IDADE

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual de base de cálculo para o ISS	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%)	5,00%

BDI

Itens	Siglas	Alíquota
Administração Central	AC	4,00%
Seguro e Garantia	SG	0,80%
Risco	R	1,27%
Despesas Financeira	DF	1,23%
Lucro	L	7,40%
Tributos (Impostos COFINS 3% e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o Município)	ISS	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração) - Lei /13161/15	CPRB	0,00%
BDI sem Desoneração		26,24%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC+SG+R) \times (1+DF) \times (1+L)}{(1-CP-ISS-CPRB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obras corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para a elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

Tendo em vista que o acórdão do TCU fixa valores máximos a serem seguidos, após a análise do escopo, esta equipe técnica optou pelo novo cálculo, sem ultrapassar os valores máximos e sem modificar os valores dos impostos municipais para esta obra específica.

Local Localizaçã Queimados/RJ

Data

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
CENTRO DE ESPORTE E LAZER DA TERCEIRA IDADE
MÊS/AMP REF.: fev-26
VALOR DA OBRA: R\$ -
PRAZO DA OBRA: 180 Dias
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	FONTE	CÓDIGO SEM DESONERAÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇOS SEM DESONERAÇÃO	
						PR UNIT	PARCIAL
A			SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$			-
1	EMOP	02.020.0001-0	PLACA DE IDENTIFICACAO DE OBRA PUBLICA,INCLUSIVE PINTURA E SUPORTES DE MADEIRA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	7,00		
2	EMOP	05.050.0001-0	PLACA DE INAUGURACAO EM ALUMINIO,MEDINDO (0,40X0,60)M,COM 1MM DE ESPESSURA,COM INSCRICAO EM PLOTTER.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	1,00		
B			ADMINISTRAÇÃO LOCAL				
3	SINAPI	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	540,00		
4	SINAPI	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	540,00		
C			DEMOLIÇÕES E DESCARTE DE MATERIAIS				
5	EMOP	05.001.0876-0	RASPAGEM COM ESPATULA DE ACO OU ESCOVA DE ACO PARA REMOCAO DE CRAQUELE DE PINTURA	M2	210,04		
6	EMOP	05.001.0009-0	DEMOLICAO DE REVESTIMENTO EM AZULEJOS,CERAMICAS OU MARMORE EM PAREDE,EXCLUSIVE A CAMADA DE ASSENTAMENTO	M2	38,08		
7	EMOP	04.014.0095-0	RETIRADA DE ENTULHO DE OBRA COM CACAMBA DE ACO TIPO CONTAINER COM 5M3 DE CAPACIDADE,INCLUSIVE CARREGAMENTO,TRANSPORTE E DESCARREGAMENTO.CUSTO POR UNIDADE DE CACAMBA E INCLUI A TAXA PARA DESCARGA EM LOCAIS AUTORIZADOS	UN	2,00		
D			REVESTIMENTOS PAREDES, TETOS E PISOS				
8	EMOP	13.022.0045-0	REVESTIMENTO DE PAREDES COM PASTILHA CERAMICA,COM MEDIDAS EM TORNO DE (7,5X7,5)CM,ASSENTE CONFORME ITEM 13.025.0016	M2	38,08		
9	EMOP	13.025.0020-0	REJUNTAMENTO DE AZULEJOS,PASTILHAS OU LADRILHOS,EM PAREDES,COM PASTA DE CIMENTO BRANCO	M2	1.038,59		
E			ESQUADRIAS				
10	EMOP	14.006.0014-0	PORTA DE MADEIRA,EM COMPENSADO,COM NUCLEO DO TIPO COLMEIA,COM MEDIDAS APROXIMADAS DE (60X210X3,5)CM,FOLHEADA NAS 2 FACES,MARCO DE (13X3)CM E ALIZARES DE (5X2)CM,CONFORME ABNT NBR 15930,EXCLUSIVE FERRAGENS.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	11,00		
11	EMOP	14.006.0010-0	PORTA DE MADEIRA,EM COMPENSADO,COM NUCLEO DO TIPO COLMEIA,COM MEDIDAS APROXIMADAS DE (80X210X3,5)CM,FOLHEADA NAS 2 FACES,MARCO DE (13X3)CM E ALIZARES DE (5X2)CM,CONFORME ABNT NBR 15930,EXCLUSIVE FERRAGENS.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	18,00		
12	EMOP	14.007.0057-0	FERRAGENS P/PORTA MADEIRA,1 FOLHA DE ABRIR,INTERNA,CONSTANDO DE FORN.S/COLOC.(ESTA INCLUIDA NO FORN.E COLOC.DAS ESQUADRIAS),DE:- FECHADURA DE EMBUTIR EM METAL C/ACABAMENTO CROMADO;-MACANETA TIPO ALAVANCA EM METAL C/ACABAMENTO CROMADO;-ROSETA EM METAL C/ACA	UN	11,00		
F			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				
13	SINAPI	93664	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 07/2025	UN	4,00		
14	EMOP	18.027.0474-0	LUMINARIA DE SOBREPOR, FIXADA EM LAJE OU FORRO, TIPO CALHA,CHANFRADA OU PRISMATICA, COMPLETA, COM LAMPADA LED TUBULAR DE 2 X 9W. FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	87,00		
15	EMOP	15.008.0085-0	CABO DE COBRE FLEXIVEL COM ISOLAMENTO TERMOPLASTICO,COMPREENDENDO:PREPARO,CORTE E ENFIACAO EM ELETRODUTOS,NA BITOLA DE 2,5MM2, 450/750V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	200,00		
16	EMOP	15.008.0090-0	CABO DE COBRE FLEXIVEL COM ISOLAMENTO TERMOPLASTICO,COMPREENDENDO:PREPARO,CORTE E ENFIACAO EM ELETRODUTOS NA BITOLA DE 4MM2, 450/750V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	200,00		
17	EMOP	18.007.0049-0	CHUVEIRO ELETRICO,EM PLASTICO,DE 110/220V.FORNECIMENTO	UN	7,00		
18	EMOP	15.004.0046-0	INSTALACAO E ASSENTAMENTO DE CHUVEIRO ELETRICO (EXCLUSIVE FORNECIMENTO DO APARELHO E REGISTRO),COMPREENDENDO 5,00M DE TUBO DE PVC DE 25MM,RALO SECO DE PVC DE 100MM COM GRELHA,2,00M DE TUBO DE PVC DE 40MM,30,00M DE FIO 4MM 2,6,00M DE ELETRODUTO DE PVC DIAMETRO DE 3/4" E CONEXOES	UN	7,00		
G			CLIMATIZAÇÃO				
19	SINAPI	103253	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 24000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 11/2021 PE	UN	4,00		
H			COBERTURAS				
20	EMOP	16.005.0070-0	COBERTURA EM TELHA TERMICA DE GALVALUME,TRAPEZOIDAL,DUPLA COM ESPESSURA DE 30MM,INCLUSIVE TODOS OS ACESSORIOS NECESSARIOS A SUA EXECUCAO.MEDIDA PELA AREA REAL DE COBERTURA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	132,16		
I			PINTURAS				
21	EMOP	17.018.0112-0	PINTURA COM TINTA LATEX SEMIBRILHANTE,FOSCA OU ACETINADA,CLASSIFICACAO PREMIUM OU STANDARD (NBR 15079),PARA INTERIOR E EXTERIOR,BRANCA OU COLORIDA,SOBRE TIJOLO,CONCRETO LISO,CIMENTO SEM AMIANTO,E REVESTIMENTO,INCLUSIVE LIXAMENTO,UMA DEMA0 DE SELADOR ACRILICO,DEMA0 DE MEIA MASSA E DUAS DEMAOS DE ACABAMENTO	M2	2.738,29		
22	EMOP	17.017.0350-0	PINTURA INTERNA OU EXTERNA SOBRE FERRO GALVANIZADO OU ALUMINIO,USANDO FUNDO PARA GALVANIZADO,INCLUSIVE LIXAMENTO LEVE,LIMPEZA,DESENGORDURAMENTO E DUAS DEMAOS DE ACABAMENTO COM ESMALTE SINTETICO ALQUIDICO,ALTO BRILHO,BRILHANTE,ACETINADO OU FOSCO	M2	843,37		
J			INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIA				
23	SINAPI	86931	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTAÇÃO. AF 01/2020	UN	7,00		

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB

CENTRO DE ESPORTE E LAZER DA TERCEIRA IDADE

MÊS/AMP REF.: fev-26

VALOR DA OBRA: R\$ -

PRAZO DA OBRA: 180 Dias

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	FONTE	CÓDIGO SEM DESONERAÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇOS SEM DESONERAÇÃO	
						PR UNIT	PARCIAL
24	SINAPI	86937	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE, INCLUSO VÁLVULA EM METAL CROMADO E SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 01/2020	UN	10,00		
K			IMPERMEABILIZAÇÃO				
25	SINAPI	98554	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_ 09/2023	M2	68,16		
SUBTOTAL GERAL DA OBRA						R\$	-
						0,00% R\$	-
VALOR TOTAL						R\$	-



CENTRO DE ESPORTE E LAZER DA TERCEIRA IDADE

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

Item	Serviços	TOTAL	0-30	31-60	61-90	91-120	120-150	150-180
PRINCIPAL								
A	SERVIÇOS PRELIMINARES							
B	ADMINISTRAÇÃO LOCAL							
C	DEMOLIÇÕES E DESCARTE DE MATERIAIS							
D	REVESTIMENTOS PAREDES, TETOS E PISOS							
E	ESQUADRIAS							
F	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS							
G	CLIMATIZAÇÃO							
H	COBERTURAS							
I	PINTURAS							
J	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIA							
K	IMPERMEABILIZAÇÃO							
SUB TOTAL								
BDI 26,24%								
TOTAL								
ACUMULADO								
% PARCIAL								
% ACUMULADA								



QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE BDI

PROPONENTE / TOMADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO

CENTRO DE ESPORTE E LAZER DA TERCEIRA IDADE

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual de base de cálculo para o ISS

Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%)

BDI

Itens	Siglas	Alíquota
Administração Central		
Seguro e Garantia		
Risco		
Despesas Financeira		
Lucro		
Tributos (Impostos COFINS 3% e PIS 0,65%)		
Tributos (ISS, variável de acordo com o Município)		
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração) - Lei /13161/15		
BDI sem Desoneração		

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC+SG+R) \times (1+DF) \times (1+L)}{(1-CP-ISS-CPRB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obras corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para a elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

Tendo em vista que o acórdão do TCU fixa valores máximos a serem seguidos, após a análise do escopo, esta equipe técnica optou pelo novo cálculo, sem ultrapassar os valores máximos e sem modificar os valores dos impostos municipais para esta obra específica.

Local Localizaçã Queimados/RJ

Data



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PARENTESCO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 900XX/2025

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, sob pena das sanções previstas no artigo 155, Inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/2025, que os representantes legais da sociedade empresária não têm vínculo de parentesco com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme orientação expressa no Informativo de Licitações e Contratos nº. 149 do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2420/2013 – Primeira Câmara, TC 008.748/2000-9).

Queimados, RJ, _____ de _____ de 2025.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ANEXO X
MODELO DE DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante técnico(a) Sr.(a) _____ registrado (a) no CREA/CAU sob o nº _____, e/ou do(a) seu/sua representante legal, Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____ DECLARAM abrir mão da VISITA TÉCNICA ao local da execução da obra/serviço, conforme dispõe o edital da licitação em referência. Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando o MUNICÍPIO DE QUEIMADOS, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal
da empresa



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ANEXO XI

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
Processo administrativo nº 2385/2026-E

Instrumento Contratual nº
_____/_____, arquivado no Livro de
Registro de Contratos nº ____/_____,
às fls. _____ a _____.

Contrato administrativo que fazem entre si o MUNICÍPIO DE QUEIMADOS e a empresa _____, referente a Concorrência Eletrônica nº ____/_____, cujo objeto é a Contratação de empresa de engenharia especializada na Reforma do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade, localizado na Avenida Maracanã, bairro Pacaembu, Município de Queimados / RJ.

O **MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**, pessoa jurídica de direito público, criada pela Lei nº 1.779, de 21 de dezembro de 1990, com inscrição no CNPJ/MF nº 39.485.412/0001-02, com sede na Avenida Mário Pati Júnior, nº 164-338, Vila Camarim, Queimados/RJ, CEP 26383-510, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**, neste ato representada pela Secretária Municipal _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da cédula de identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrita no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliada na cidade de _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, CEP: _____, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada por _____, (estado civil) _____, (nacionalidade) _____, (profissão) _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente à Rua _____, tendo em vista o que consta no **Processo nº 2385/2026-E**, e em observância às disposições da Lei 14.133/2021, e Decreto Municipal 2895/2023, resolvem celebrar o presente **Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Pública nº ____/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a Contratação de empresa de engenharia especializada na Reforma do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade, localizado na Avenida Maracanã, bairro Pacaembu, Município de Queimados / RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, conforme projeto básico e anexos presentes no edital de Concorrência Pública nº ____/_____.

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 Projeto Básico;

1.2.2 O Edital de Concorrência Pública nº ____/2026 e seus anexos;

1.2.3 A proposta da contratada;

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 O prazo de vigência da contratação é de até 270 dias contados da Ordem de Início, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2 O prazo de execução é de 180 dias, a contar da data de Ordem de Início.

3.3 Entender-se-á por conclusão das obras sua realização total e recebimento definitivo do objeto no prazo e após os 90 (noventa) dias referente ao período de conservação para entrega pela CONTRATADA dos locais livres e desimpedidos, em condições de serem utilizados.

3.4 No caso de recebimento provisório da obra, as obrigações contratuais perdurarão até a sua aceitação definitiva.

3.5 O recebimento provisório do objeto ocorrerá mediante apresentação de termo circunstanciado assinado pelas partes em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.

3.6 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética profissional, pela perfeita execução do contrato.

3.7 Quaisquer modificações no projeto aprovado que acarretem serviços extraordinários ou que decresçam valores de remuneração ao contrato inicial deverão ser contemplados em termo aditivo específico.

3.8 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.9 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

3.9.1 Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

3.9.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.9.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

3.9.4 Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

3.9.5 Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA QUARTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

4.1 Este contrato rege-se por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente o que estabelece a Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.88 em seu artigo 37, XXI, bem como, por todas as disposições legais que vierem complementar, alterar ou regular, os acima referenciados diplomas legais.

4.2 Para os casos omissos ou dúvidas na interpretação do presente instrumento, aplicar-se-á a Lei nº. 14.133/21, e na hipótese de omissão por parte desta lei, é de se resolver a omissão pela aplicação supletiva dos princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado contidos nos artigos 481 e seguintes do Código Civil.

CLÁUSULA QUINTA – VALOR

5.1 Dá-se a este contrato o valor global de R\$ _____ (_____), para a execução da obra prevista na Cláusula Primeira e para a totalidade do prazo contida na Cláusula Terceira.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes da realização da obra prevista na Cláusula Primeira correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

PROGRAMA DE TRABALHO: _____;
FONTE: _____;
ELEMENTO DE DESPESA: _____;
EMPENHO nº. _____/_____, no valor de R\$ _____ (_____).

6.2 Os recursos relativos ao período subsequente serão empenhados de acordo com as diretrizes da Lei Complementar nº 101/00.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADE TÉCNICA

7.1 A obra objeto do presente contrato será executada sob a direção e responsabilidade técnica _____, inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA / Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU sob o nº. _____.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

7.2 O profissional responsável pela execução da obra deverá apresentar atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e serviços de características semelhantes ao objeto deste contrato. A comprovação da capacidade técnica será feita através de certidão ou atestado averbado pelo CREA/CAU, demonstrando sua aptidão por já haver executado atividade pertinente com características semelhantes, limitadas estas, exclusivamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotando-se tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 São Obrigações do Contratante:

9.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.4 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

9.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

9.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- 9.7.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
- 9.7.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 9.7.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 9.7.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.8 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 9.9 Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
 - 9.9.1 "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
 - 9.9.2 comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
 - 9.9.3 laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
 - 9.9.4 carta "habite-se", emitida pela prefeitura;
 - 9.9.5 certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
 - 9.10 Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 10.1 São obrigações da Contratada:
 - 10.1.1 Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta manter controle do prazo de vigência do instrumento contratual;
 - 10.1.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato a partir de relatório disponibilizado por fiscal técnico, os



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 10.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.1.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.1.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos da lei.
- 10.1.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
 - 10.1.6.1 A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 10.1.7 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.1.8 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 10.1.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.1.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.1.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 10.1.12 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- 10.1.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.1.14 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 10.1.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 10.1.16 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 10.1.17 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 10.1.18 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico.
- 10.1.19 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/77 e 12.378/2010).
- 10.1.20 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 10.1.21 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 10.1.22 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 10.1.23 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- 10.1.23.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- 10.1.23.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos procedimentos determinados pela resolução, por classe de resíduos.
- 10.1.23.3 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 10.1.24 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 10.1.24.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 10.1.24.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152;
- 10.1.25 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
- 10.1.26 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.).
- 10.1.27 No caso de execução de obras:
- 10.1.27.1 Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratante, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;
- 10.1.27.1.1 Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

10.1.28 A CONTRATADA deverá possuir no seu quadro de colaboradores, profissional de Engenharia Civil, devidamente habilitado pelo sistema CREA/CONFEA, Responsável Técnico pela empresa, com acervo técnico inerente à execução de serviços e/ou obra similar ao Objeto do presente Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MEDIÇÃO

11.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o boletim de medição para fins de pagamento, devendo haver redimensionamento no pagamento, com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar os materiais e os recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e os recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis após a emissão da Nota Fiscal, cuja emissão será previamente autorizada pela fiscalização, observadas as orientações constantes do edital.

12.2 O pagamento ficará condicionado à comprovação de que a CONTRATADA se encontra adimplente junto às Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal.

12.3 O pagamento será realizado após a apresentação, pela CONTRATADA, dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pela fiscalização desta Secretaria, integrante da Comissão de Recebimento de Material;
- b) Indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor correspondente aos produtos entregues em caráter definitivo.

12.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RETENÇÃO DE VALORES DAS MEDIÇÕES POR DANOS CIVIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

13.1 A CONTRATANTE poderá efetuar a retenção de valores devidos à CONTRATADA, em casos de inadimplência dos encargos trabalhistas, encargos sociais, previdenciários e comerciais, que forem apurados em sede própria do Poder Judiciário ou que forem apurados pelo CONTRATANTE, através de processo administrativo, até que haja a regularização dos valores devidos, na forma preconizada pelo art. 121 e seu §1º da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

13.2 O procedimento que trata o caput desta cláusula também será adotado nas hipóteses prevista no art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REAJUSTAMENTO

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no INCC do mês do orçamento referência do orçamento estimado. Mês/Ano de referência do orçamento: Fevereiro/2026.

14.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice publicado pela FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.2.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.2.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.2.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.2.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.2.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

15.1. A obra será fiscalizada por intermédio de Engenheiro(s) designado(s) pela PREFEITURA DA CIDADE DE QUEIMADOS e respectivos auxiliares, doravante denominados, em conjunto, FISCALIZAÇÃO.

15.2. Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimentos das cláusulas e condições destas Especificações, do Contrato, bem como de tudo o que estiver contido nas Normas, Especificações e Métodos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

15.3. A CONTRATADA deverá acatar de modo imediato as ordens da FISCALIZAÇÃO, desde que emitidas dentro dos limites destas Especificações e do Contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

15.4. Ficam reservados à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todos e quaisquer casos singulares, duvidosos, omissos ou não previstos no Contrato, nestas Especificações, bem como tudo o que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com a obra em questão e seus complementos.

15.5. A CONTRATADA deverá manter permanentemente à disposição da FISCALIZAÇÃO os meios necessários e adequados que permitam o acompanhamento dos serviços executados, bem como a inspeção dos materiais e equipamentos empregados, independentemente das inspeções realizadas para fins de faturamento.

15.6. A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento e de pleno direito, que a CONTRATADA adote providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra.

15.7. A condução geral da obra pela CONTRATADA ficará a cargo de um Engenheiro Residente, pertencente ao seu quadro de colaboradores, devendo este ser auxiliado por Mestres de Obras ou Encarregados, devidamente habilitados para a execução dos serviços objeto deste Projeto Básico.

15.8. Todas as ordens dadas pela FISCALIZAÇÃO ao Engenheiro Residente serão consideradas como se fossem dirigidas diretamente à CONTRATADA; da mesma forma, todo e qualquer ato praticado, decisão tomada ou omissão de responsabilidade do referido profissional será considerado, para todos os efeitos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

15.9. O Engenheiro Residente, os Mestres de Obras e os Encarregados, cada qual no âmbito de suas atribuições, deverão estar sempre em condições de atender à FISCALIZAÇÃO, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados acerca do andamento dos serviços, da programação, das peculiaridades das tarefas e de tudo o mais que for considerado necessário ou útil à fiscalização da obra.

15.10. A fiscalização exercida nos termos desta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, não implicando, na ocorrência de tais fatos, corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PENALIDADES

16.1. Com fulcro no Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, cujas classificações e demais considerações se darão na forma do estabelecido na Lei:

16.1.1. advertência;

16.1.2. multa;

16.1.3. impedimento de licitar e contratar; e

16.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2. Na aplicação das sanções serão considerados:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

16.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

16.2.2. as peculiaridades do caso concreto;

16.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial. 17.1. Com fulcro no Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, cujas classificações e demais considerações se darão na forma do estabelecido na Lei:

16.1.1. advertência;

16.1.2. multa;

16.1.3. impedimento de licitar e contratar; e

16.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

16.2.2. as peculiaridades do caso concreto;

16.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, por meio de Termo de Aceite Provisório, após a aferição dos seguintes critérios:

- Evolução Físico-Financeira;
- Conclusão do Objeto;
- Funcionalidade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

17.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição até que todas as pendências apontadas no Recebimento Provisório sejam sanadas.

17.3. No prazo de até 90 (noventa) dias corridos, a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato, comissão ou servidor designado — distinto do fiscal técnico — deverá providenciar o Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

17.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas, das responsabilidades assumidas contratualmente e da legislação vigente, especialmente a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil).

17.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações deste Projeto Básico ou com a proposta apresentada, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – GARANTIA DE CONTRATO

18.1. O CONTRATADO deverá prestar Garantia de Contrato correspondente a 3% (três por cento) do valor contratado, nos termos do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/21, podendo optar pelas modalidades de fiança bancária ou seguro-garantia.

18.2. A GARANTIA DE CONTRATO deverá ser prestada da seguinte forma:

18.2.1. Na modalidade fiança bancária (carta de seguro-fiança), esta deverá:

- i) ser emitida por instituição financeira devidamente registrada junto ao Banco Central do Brasil; e
- ii) conter expressa renúncia da fiadora aos direitos previstos nos arts. 827, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro).

18.2.2. Na hipótese de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-lo, no máximo, até a data da assinatura do contrato.

18.2.3. O comprovante de prestação da GARANTIA DE CONTRATO, quando na modalidade fiança bancária, deverá ser apresentado necessariamente em via original.

18.2.4. Os documentos indicados neste item do EDITAL não poderão conter qualquer informação relativa à PROPOSTA ECONÔMICA, sob pena de inabilitação.

18.2.5. Em caso de CONSÓRCIO, a GARANTIA DE CONTRATO poderá ser prestada por uma única empresa ou dividida entre as consorciadas, desde que a soma atinja o valor estabelecido, devendo constar a denominação do consórcio e a indicação das empresas consorciadas.

18.2.6. Caso a LICITANTE incorra em uma das hipóteses abaixo, sofrerá a penalidade de multa correspondente ao valor integral da GARANTIA DE CONTRATO, a qual será executada, respeitados o contraditório e a ampla defesa:

- i) retirar sua PROPOSTA ECONÔMICA durante o período de sua validade;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- ii) sendo ADJUDICATÁRIA, recusar-se a assinar o CONTRATO;
- iii) incorrer em multa, penalidades ou causar prejuízos ao PODER CONCEDENTE durante a licitação; ou
- iv) não atender às exigências para a assinatura do contrato.

18.2.7. A GARANTIA DE CONTRATO será liberada em até 30 (trinta) dias após o aceite definitivo das obras.

18.2.8. A garantia na modalidade de fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – GARANTIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

19.1. Após o aceite definitivo, dar-se-á início ao período de aplicação das garantias da obra, caso sejam identificadas patologias, vícios construtivos ou demais ocorrências que demandem a execução das garantias.

19.2. As garantias exigidas observarão as definições e os prazos estabelecidos na NBR 17170:2022 — Edificações — Garantias — Prazos Recomendados e Diretrizes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – GARANTIA DE PROPOSTA

20.1. Nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, será exigida garantia da proposta como condição para participação no certame, com a finalidade de assegurar a seriedade das propostas apresentadas, a estabilidade das condições ofertadas e a mitigação dos riscos inerentes à contratação pública. A exigência da garantia da proposta justifica-se em razão da complexidade técnica do objeto, do vulto estimado da contratação, da necessidade de assegurar a confiabilidade das propostas apresentadas e da proteção do interesse público, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade, da segurança jurídica e da gestão de riscos previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

20.2. A garantia da proposta corresponderá ao percentual de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, observado o limite máximo previsto no art. 58, §1º da Lei nº 14.133/2021.

20.2.1. A garantia deverá ser prestada por qualquer das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a saber:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária;

IV – título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

20.2.2. A garantia da proposta será devolvida aos licitantes na forma e nos prazos definidos no edital, observado o disposto no art. 58, §2º, da Lei nº 14.133/2021, ressalvada a hipótese de execução da garantia nos casos legalmente previstos, especialmente nas seguintes situações:

- a) retirada da proposta durante o prazo de sua validade;
- b) recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato;
- c) não apresentação da garantia contratual, quando exigida;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

d) demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

20.2.3. A exigência da garantia da proposta não configura restrição indevida à competitividade, porquanto se revela medida proporcional, razoável e adequada ao objeto licitado, ao valor estimado da contratação e aos riscos envolvidos, preservando o equilíbrio entre a ampla competitividade e a segurança da contratação, conforme entendimento consolidado dos órgãos de controle.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1 Com fundamento no Artigo 122 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a subcontratação de partes do objeto contratual será regida nas condições impostas pelos parágrafos §1 a §3, com as seguintes determinações:

- a) Limite de subcontratação: Será permitida a subcontratação parcial de parcelas do objeto, ficando limitada a, no máximo 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do objeto licitado.
- b) Requisitos para a Subcontratação: Autorização Prévia: A subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa da Administração Pública, que avaliará e aprovará a documentação do potencial subcontratado.

21.3 Capacidade Técnica: O subcontratado deverá demonstrar capacidade técnica para a execução da parcela subcontratada, mediante apresentação de documentação e atestados que serão avaliados pela fiscalização e anexados ao processo administrativo.

21.4 Vínculo com a Administração: É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que possua vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que atue na fase de planejamento, fiscalização ou execução do contrato.

21.5 Responsabilidade Exclusiva: A contratada principal permanecerá integral e exclusivamente responsável pela execução de todo o objeto contratual, inclusive perante a Administração Pública, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da subcontratação.

- c) Vedações: Não será admitida a subcontratação da(s) parcela(s) considerada principal ou de maior relevância técnica e valor significativo do objeto da licitação, ressalvadas hipóteses descritas no Art. 67, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

22.1 O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA qualquer hipótese prevista neste instrumento, nos casos indicados nos incisos I, II, III, IV, VI e IX art. 137, da Lei nº 14.133/2021.

22.2 O CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Administração, na forma do §2º, do art. 137, da Lei nº 14.133/2021, tendo ainda direito a devolução da garantia, pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

22.3 Ocorrendo a rescisão do contrato pelo não cumprimento por parte da CONTRATADA de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, poderá o CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções legais:

22.1.1 assumir, por ato próprio, imediatamente o objeto do contrato no estado e local em que se encontrar;

22.1.2 ocupar e utilizar o local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, de acordo com o previsto no artigo 139, II da Lei nº. 14.133/2021;

22.1.3 execução da garantia contratual e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, na forma do art. 139, III, da Lei nº 14.133/2021;

22.1.4 retenção dos créditos da CONTRATADA decorrentes deste contrato até o limite dos prejuízos por esta causados.

20.1 A aplicação das medidas previstas nos subitens 19.3.1, 19.3.2 e 19.3.3, ficam a critério do CONTRATANTE, que poderá dar continuidade a obra por execução direta ou indireta.

20.2 O atraso injustificado no início da obra, além de acarretar a rescisão do contrato, faculta ao CONTRATANTE assumir imediatamente o objeto do contrato no estado local em que se encontrar.

20.3 A declaração de rescisão deste contrato, em todos os casos em que ela é admissível, será feita independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e terá seus efeitos a partir de sua publicação.

20.4 Em caso de rescisão administrativa, a CONTRATADA ficará obrigada a se retirar do local dos serviços dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias.

20.5 Caso o CONTRATANTE tenha que ingressar em juízo para fazer valer este instrumento, bastará alegar os fatos constitutivos de seu direito, competindo à CONTRATADA o ônus de provar o contrário. Se o CONTRATANTE for réu ou litisconsorte passivo, bastará a sua alegação dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da CONTRATADA e a esta restará o ônus da prova contrária.

20.6 O CONTRATANTE poderá resilir o presente contrato antes do seu término, não gerando este ato, direito de indenização à CONTRATADA, em razão do cumprimento das diretrizes da Lei Complementar nº. 101/00.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – RENÚNCIA A DIREITOS

21.1 O não exercício, por qualquer das partes, de direito previsto neste contrato não representará renúncia ao seu exercício, com relação ao mesmo fato ou a fatos futuros.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

22.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA– REMESSA AO T.C.E.

23.1 Obrigar-se-á o CONTRATANTE a providenciar a remessa de cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – T.C.E., no prazo de legal, após sua regular publicação, na forma da Deliberação TCE-RJ nº 312/20.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA– FORO

24.1 Para qualquer procedimento judicial fica eleito o foro da Comarca de Queimados – Estado do Rio de Janeiro, renunciando a CONTRATADA por si e por seus sucessores a qualquer outro que tenha, ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato, por si e seus sucessores em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que o mesmo gere os seus devidos e legais efeitos.

Queimados, _____.

CONTRATANTE: _____
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS

CONTRATADA: _____
EMPRESA